

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14584 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Em

05.02.14

M-1367

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na Avenida Mansões Chácara 146 – Colônia Agrícola Samambaia, região administrativa de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000100 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na Avenida Mansões Chácara 146 – Colônia Agrícola Samambaia, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

RECEBIDA EM 05/02/2014
12596



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14585 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

LTD O
Em 05.02.14
Assinatura do Deputado

Sugere providências ao Poder Executivo
junto à Novacap, para recapeamento
asfáltico na QNE 03, região administrativa
de Taguatinga – RA III.

> 101000 - SH135 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 03, região administrativa de Taguatinga – RA III.

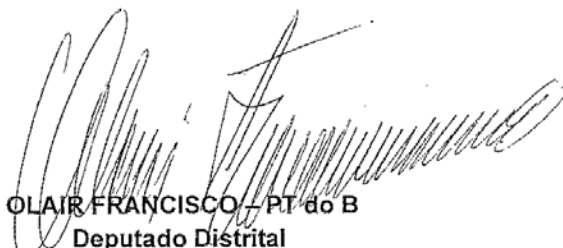
JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.


OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14586 /2014

05.02.14

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na quadra 805 conjunto 03, região administrativa do Recanto das Emas – RA XV.

> SETAS - 000102 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na quadra 805 conjunto 03, região administrativa do Recanto das Emas – RA XV.

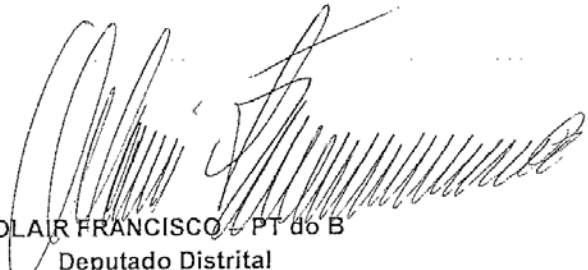
JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.


OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2421 Reg

JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14587/2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

L I D O
Em 05.02.14
Assessoria de Planejamento

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 23 conjuntos C ao L (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000103 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 23 conjuntos C ao L (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

12-1-14
12-1-14

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14588 /2014

Em 05/02/14

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Assessoria de Pienário

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 19 conjuntos F ao K (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000104 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 19 conjuntos F ao K (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14589 /2014

L I D O

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Em 05/02/14

M. L. M.
Monsenhor de Pádua

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 30, região administrativa de Taguatinga – RA III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 30, região administrativa de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000105 <

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE PARLAMENTAR DO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14590 /2014

Em

05.02.14

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Assinatura do Deputado

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 18 conjuntos C ao M (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000000 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 18 conjuntos C ao M (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

26921-103
CÂM. LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14591 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

E.C. 05.02.14

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 17 conjuntos C ao G (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000107 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 17 conjuntos C ao G (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

RECEBUEMOS
46421
JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14592 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 21 conjuntos E ao L (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000108 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 21 conjuntos E ao L (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

14592 / 2014
Olair Francisco

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14593 /2014

L I D O

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

05.02.14

Assessoria de Planejamento

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 25 conjuntos E ao K (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> 601000 - 000109 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 25 conjuntos E ao K (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14594 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

05.02.14

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNP 32 conjuntos G ao T (P Sul), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000110 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNP 32 conjuntos G ao T (P Sul), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO****INDICAÇÃO Nº****IND 14595 /2014****(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)**

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 26 conjuntos B ao G (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - COPIAR <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 26 conjuntos B ao G (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

96921 fms

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14596 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

LTD O
Em 05.02.14
Assinatura de Olair Francisco

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 24 conjuntos D ao M (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000112 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 24 conjuntos D ao M (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

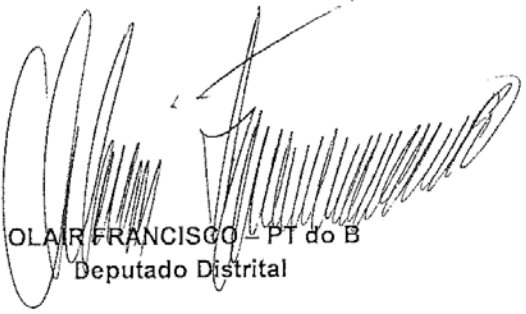
JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.



OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

12/4/14
Carf

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE PARLAMENTAR DO

OLAIR FRANCISCO

IND 14597 /2014

INDICAÇÃO Nº

05.02.14

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNP 26 conjuntos C ao T (P Sul), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 00013 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNP 26 conjuntos C ao T (P Sul), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

RECEBIDA EM 05.02.14
Eduardo

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14598 /2014

Em 05/02/14

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Assinatura do Plenário

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNP 28 conjuntos E ao T (P Sul), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000114 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNP 28 conjuntos E ao T (P Sul), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14599 /2014

Em

08 02 14

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Assessoria de Planejamento

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 18, região administrativa de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000115 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 18, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº **IND 14600 /2014**
(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

05 02 14
[Handwritten signature]

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNP 36 conjuntos C ao K (P Sul), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000116 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNP 36 conjuntos C ao K (P Sul), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

[Handwritten signature of Olair Francisco]
OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

16621
Eduardo
ASSISTENTE DE LEGISLAÇÃO

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO

OLAIR FRANCISCO

IND 14601/2014

INDICAÇÃO Nº

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

05.02.14
1347
Assessoria de Planejamento

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 12, região administrativa de Taguatinga – RA III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 12, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº **IND 14602 /2014**
(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

L I D O
05/02/14
Assessoria de Parâmetros

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 22 conjuntos C ao N (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000118 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 22 conjuntos C ao N (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.


OLAIR FRANCISCO, PT do B
Deputado Distrital

12/02/14
Eduardo

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14603 /2014

L D O
05.02.14

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Assinado no Plenário

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 20 conjuntos B ao G (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

> SETAS - 000119 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNN 20 conjuntos B ao G (Guariroba), região administrativa de Ceilândia – RA IX.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado, além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

91071 fmg
05/02/14



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO SENHOR OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14604 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

05-02-14

Sugere providências ao Poder Executivo
junto à Novacap, para recapeamento
asfáltico na QNE 33, região administrativa
de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000120 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 33, região administrativa de Taguatinga – RA III.

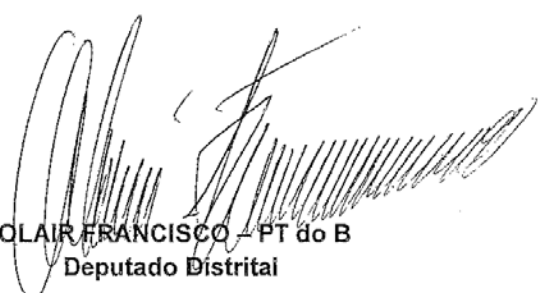
JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.


OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

RECEBUEMOS 30/01/2014
OLAIR FRANCISCO
14604/2014

JFM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº **IND 14605 /2014**
(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

05.02.14
13177

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 11, região administrativa de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000121 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 11, região administrativa de Taguatinga – RA III.

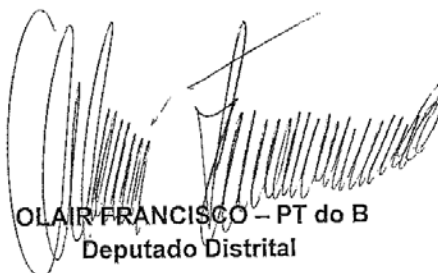
JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.


OLAIR FRANCISCO – PT do B
Deputado Distrital

12/2/14
Early 12/2/14



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14606 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

LTD O

Em 05/02/14

Sugere providências ao Poder Executivo
junto à Novacap, para recapeamento
asfáltico na QNE 10, região administrativa
de Taguatinga – RA III.

> SETAB - 000122 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 10, região administrativa de Taguatinga – RA III.

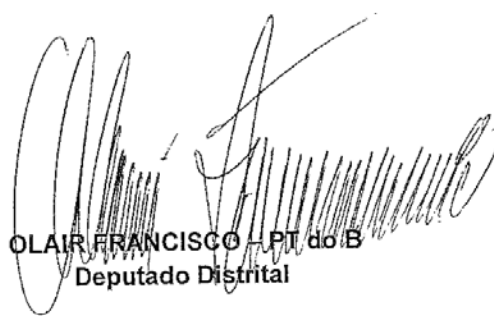
JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.


OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14607 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

L I D O

05.02.14

Sugere providências ao Poder Executivo
junto à Novacap, para recapeamento
asfáltico na QNE 31, região administrativa
de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000123 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 31, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

RECEBUEI 23/02/2014 09:04
Eduy 12596

JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO SENHOR DEPUTADO OLAIR FRANCISCO****INDICAÇÃO Nº****IND 14608 /2014**

Fe. 05/02/14

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 23, região administrativa de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 0001291 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 23, região administrativa de Taguatinga – RA III.

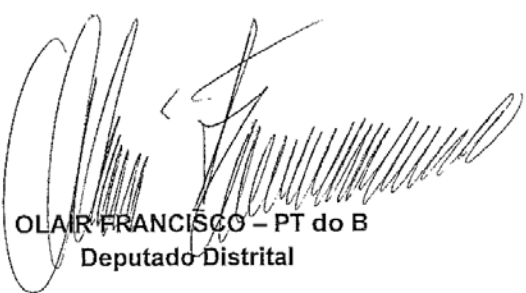
JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.


OLAIR FRANCISCO – PT do B
Deputado Distrital

JFM

12596



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14609 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

LTD O
Ent. 05/02/14
[Assinatura]

Sugere providências ao Poder Executivo
junto à Novacap, para recapeamento
asfáltico na QNE 13, região administrativa
de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000125 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 13, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

[Assinatura]
OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

RECEBIDA DE PLANO OFICINA 2014

30/01/2014

JFM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14610 /2014

L I D O

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Em 05/02/14

Sugere providências ao Poder Executivo
junto à Novacap, para recapeamento
asfáltico na QNE 13, região administrativa
de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000126 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 13, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

RECEBIDA EM 05/02/2014 12:14

06/02/14
Eduy 17693

JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14611/2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 28, região administrativa de Taguatinga – RA III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 28, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14612 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

L I D O

05/02/14

13/15

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 29, região administrativa de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000028 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 29, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

36821 JFM

JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO****OLAIR FRANCISCO**

IND 14613 /2014

INDICAÇÃO Nº

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

em 05.02.14
M. G. H.

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QND 56, região administrativa de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000129 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QND 56, região administrativa de Taguatinga – RA III.

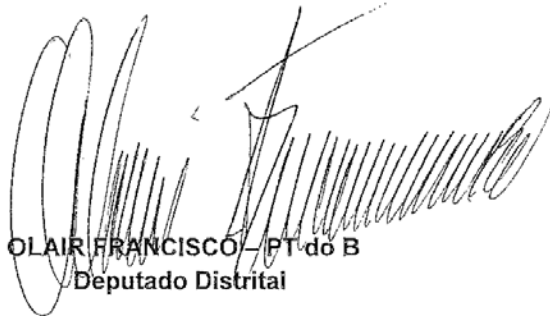
JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.


OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14614 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

LIDO
Em 05/02/14
[Assinatura]
Assessoria de Gabinete

Sugere providências ao Poder Executivo
junto à Novacap, para recapeamento
asfáltico na QND 29, região administrativa
de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000130 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QND 29, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

[Assinatura]
OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

RECEBIDA EM 05/02/14
Sey 12594

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE PARLAMENTAR DO

OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14615 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QND 16, região administrativa de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000131 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QND 16, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14616 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QND 55, região administrativa de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000132 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QND 55, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14617 /2014

Em 05.02.14

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Sugere providências ao Poder Executivo
junto à Novacap, para recapeamento
asfáltico na QND 10, região administrativa
de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000133 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do
Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para
recapeamento asfáltico na QND 10, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da
comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui
para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente
proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14618 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Em 05/02/14

Sugere providências ao Poder Executivo
junto à Novacap, para recapeamento
asfáltico na QND 09, região administrativa
de Taguatinga – RA III.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QND 09, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO

INDICAÇÃO Nº

IND 14619 /2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Em 05/02/14

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 09, região administrativa de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000135 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 09, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

RECEBIDO EM 05/02/2014
12h01
Edu

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO****INDICAÇÃO Nº****IND 14620 /2014****(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)**

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 08, região administrativa de Taguatinga – RA III.

> DETAS - 000136 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QNE 08, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO - PT do B
Deputado Distrital

JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO OLAIR FRANCISCO**

INDICAÇÃO Nº

IND 14621/2014

(Do Senhor Deputado Olair Francisco - PT do B)

Sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QND 42, região administrativa de Taguatinga – RA III.

> SETAS - 000137 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere providências ao Poder Executivo junto à Novacap, para recapeamento asfáltico na QND 42, região administrativa de Taguatinga – RA III.

JUSTIFICAÇÃO

A referida proposição tem como objetivo atender as diversas reivindicações da comunidade local que reclama dos buracos no asfalto e da má conservação do mesmo.

O asfalto esburacado além de trazer um aspecto negativo para a cidade contribui para acidentes de trânsito e desgaste de veículos.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões em Brasília, 30 de janeiro de 2014.

OLAIR FRANCISCO – PT do B
Deputado Distrital

JFM

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT/DF

L I D O

05 / 02 / 14

RQ 3038 / 2014

REQUERIMENTO Nº
(Do Senhor Deputado Chico Leite e outros)

Assessoria de Planejamento

Requer a transformação da Sessão Ordinária de 27 de março de 2014 em Comissão Geral para debate do tema "Auditoria Cidadã da Dívida Pública".

> SETAS - 000138 <

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Requeremos, nos termos do art. 125, I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a transformação da Sessão Ordinária de 27 de março de 2014 em **Comissão Geral para debate do tema "Auditoria Cidadã da Dívida Pública"**.

ASSINATURA DE PLANEJAMENTO 04/02/2014 13:55

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento objetiva abrir as portas da Casa do Povo do Distrito Federal para o trabalho conduzido pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública, cujo objetivo é popularizar o debate sobre o endividamento público brasileiro.

Abrir a Casa Legislativa ao debate sobre esse tema é, pois, medida salutar. É o que propomos com este requerimento de comissão geral, oportunidade na qual, também, faremos o lançamento do núcleo distrital da Auditoria.

Contamos, pois, com o apoio dos Pares à iniciativa.

Sala das Sessões, em

Evandro Gonçalves - PRB
Deputado CHICO LEITE
PT/DF
CHICO LEITE - SAMP A73

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 05 – 2º andar – Tel: 3348-8052 Fax: 3348-8053

**REQUERIMENTO**

(Do Sr. Deputado Wasny de Roure)

L I D O
E: 05 / 02 / 14
22/13/14
Assessoria de Planejamento**RQ 3039 /2014**

Requer a realização de Comissão Geral, para discutir o Programa de descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), e os desafios da gestão das Escolas Públicas do Distrito Federal.

Com o amparo no art. 125, I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, venho requerer a transformação da Sessão Ordinária de, 27 de, FEVEREIRO de 2014, em Comissão Geral.

JUSTIFICAÇÃO

A escola é instituição social criada pelos homens, tendo como objetivo a formação humana, a socialização dos saberes construídos historicamente e a construção de novos saberes. Para atingir os objetivos para os quais foi criada, a escola precisa, por meio dos gestores nela envolvidos, planejar suas ações e estabelecer prioridades, para que possam desenvolver as ações planejadas e cumprir a finalidade para a qual foi criada.

O Programa de Descentralização Administrativa e Financeira destinada as Instituições Educacionais e Diretorias Regionais de Ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal visa dar autonomia gerencial para a realização do projeto pedagógico, administrativo e financeiro das Instituições Educacionais e das Diretorias Regionais de Ensino. O PDAF é um instrumento que fortalece e legitima a gestão democrática das escolas, conforme LEI Nº 4.751, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2012 aprovada nesta casa.

Gabinete do Dep. Wasny de Roure – Gab. 05, 2º andar

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel: 3348-8052

> SETAS - 000139 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 05 – 2º andar – Tel: 3348-8052 Fax: 3348-8053

No momento os gestores das escolas públicas do Distrito Federal enfrentam dificuldades em sua gestão, dificuldades estas oriundas da descontinuidade do repasse dos recursos previstos na PORTARIA Nº 71, DE 09 DE ABRIL DE 2013, na qual previa o repasse de 104 milhões de reais para as escolas investirem na melhoria das condições de ensino e em manutenção e reparo estruturais. Esta descontinuidade forçou os gestores a contraírem dívidas junto ao comércio local com a aquisição de produtos e materiais necessários para a manutenção das atividades pedagógicas, o que resultou em transtornos para o início do ano letivo de 2014.

Assim, mesmo com a garantia do Governo do Distrito Federal de repasse da primeira parcela dos recursos do PDAF referente ao exercício de 2014, estão pendentes os problemas gerados em 2013, o que requer amplo debate e participação desta casa na construção de uma solução para o impasse. Além disso, com os diversos projetos implantados pelo Executivo e a relevância da educação pública no contexto atual do Distrito Federal, novos desafios surgem a todo momento, exigindo da Administração Pública uma constante avaliação e aperfeiçoamento dos instrumentos normativos e administrativos para a boa gestão das escolas públicas.

A Gestão Democrática das Escolas, anteriormente nomeada Administração Escolar, embora muitas de suas funções que hoje lhe são atribuídas já existissem, é um termo recente. A mudança de denominação não foi apenas na escrita, mas também de concepções teóricas a respeito dessa atividade, e, além disso, reflete as transformações oriundas de um determinado contexto histórico. No Brasil, um marco normativo foi a Constituição Federal de 1988 que institucionalizou a “Gestão do Ensino Público”, sendo dessa forma assegurada como o princípio da educação pública. A partir dessa lei a organização escolar ganha um novo perfil, agora não mais embasada nas conjecturas da administração, mas, sim, nos princípios da Gestão, por possuir um caráter mais democrático.

Gabinete do Dep. Wasny de Roure – Gab. 05, 2º andar

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel: 3348-8052

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 05 – 2º andar – Tel: 3348-8052 Fax: 3348-8053

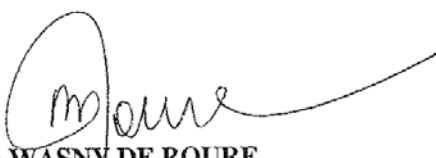


Outro marco foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, de 1996, que vem unir forças com a Constituição de 1988, e com o mesmo objetivo, surge para assegurar o princípio da Gestão do Ensino Público. Essa é a primeira das leis de educação a dispensar atenção particular à gestão escolar, esta se situa no âmbito da escola e diz respeito a tarefas que estão sob sua esfera de abrangência.

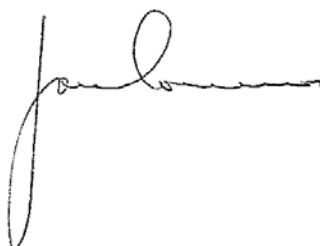
A referida Comissão Geral visa debater sobre O Programa de descentralização Administrativa e Financeira e os desafios da gestão das Escolas Publicas do Distrito Federal.

Isso posto, e considerando a inegável relevância do tema abordados, espero contar com o apoio dos nobres Deputados desta Casa para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões,


Deputado WASNY DE ROURE

Presidente da CLDF


SAMUEL

Gabinete do Dep. Wasny de Roure – Gab. 05, 2º andar

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel: 3348-8052

> SETAS - 000141 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE



REQUERIMENTO Nº

RQ 3040 /2014

(Do Senhor Deputado Joe Valle)

L I D O
Em 05 / 02 / 14
M. L. B. A.
Secretaria do Poder

> SETAS - 030142 <

Requer encaminhamento de pedido de informações ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF e Administração Regional de Águas Claras RA XX acerca da alteração do trânsito nas Alamedas dos Eucaliptos e das Acácias.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Tendo por fundamento o artigo 145, inciso XIX c/c o artigo 40 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, venho requerer que sejam prestadas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF e Administração Regional de Águas Claras RA XX informações dentro do prazo de 30 dias conforme o § 2º do inciso III do artigo 40 do RICLDF e artigo 60, inciso XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal acerca da alteração do trânsito nas Alamedas dos Eucaliptos e das Acácias respondendo aos quesitos abaixo e com o encaminhamento dos processos referentes à aludida alteração.

1. Como se iniciou o processo para alteração do tráfego das vias Alamedas dos Eucaliptos e das Acácias e qual o número do processo?
2. Houve pedido dos moradores para a alteração?
3. Quais eram os problemas do trânsito quando a mão era dupla?
4. Quais benefícios ocorreram após a alteração?



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE



5. Qual é a estatística de ocorrências de trânsito antes da alteração?
6. Qual é a estatística de ocorrências de trânsito após a alteração?

JUSTIFICAÇÃO

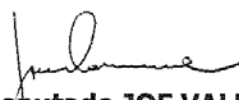
Segundo relatos dos moradores da Quadra 107 Norte de Águas Claras, a Alameda dos Eucaliptos e Alameda das Acácias tinham trânsito de mão dupla até outubro de 2013.

Desde a alteração, os engarrafamentos na região, para que acesse a Avenida Castanheiras se intensificaram chegando a gerar retenção até mesmo dentro das garagens de condomínios em razão do fluxo ser permitido somente numa direção. Ainda, de acordo com os moradores, não houve qualquer melhoria no tráfego, o qual piorou consideravelmente com o início das aulas.

Alguns prestadores de serviços também reclamam da alteração. Mães de alunos informaram que operadores de vans escolares não conseguem cumprir horários devido ao constante engarrafamento e precisaram rescindir contratos. Nas imediações do Shopping Quê! há carga e descarga em qualquer horário, o que dificulta ainda mais o fluxo.

Em razão dessas e outras reclamações que chegam a meu gabinete, conclamo os nobres pares para aprovar o presente requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2014.


Deputado JOE VALLE
PDT



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE



REQUERIMENTO Nº RQ 3041 /2014

(Do Senhor Deputado Joe Valle)

L I D O
Em 05.02.14
12347
Assinatura do Deputado

Requer encaminhamento de pedido de informações ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM acerca de obra realizada no Parque Dom Bosco na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Tendo por fundamento o artigo 145, inciso XIX c/c o artigo 40 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, venho requerer que sejam prestadas pelo Instituto Brasília Ambiental - IBRAM informações dentro do prazo de 30 dias conforme o § 2º do inciso III do artigo 40 do RICLDF e artigo 60, inciso XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal acerca de obra realizada no Parque Dom Bosco na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo relatos da comunidade atendida por aquele parque, a obra lá realizada não está de acordo com os padrões técnicos necessários e vigentes. Ainda se relata que não foram observados padrões de acessibilidade e sustentabilidade nas obras do parque, razão pela qual se requer sejam enviadas as informações pertinentes.

Sala das Sessões, em de de 2014.


Deputado JOE VALLE
PDT



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE



REQUERIMENTO Nº RQ 3042 /2014

(Do Senhor Deputado Joe Valle)

LIDO
Em 05/02/14
[Assinatura]
Secretário de Gabinete

Requer encaminhamento de pedido de informações ao Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS acerca das linhas de ônibus que atendem o Recanto das Emas II – RA XV em especial a linha 809.3.

> SETAS - 000145 <

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Tendo por fundamento o artigo 145, inciso XIX c/c o artigo 40 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, venho requerer que sejam prestadas pelo Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS informações dentro do prazo de 30 dias conforme o § 2º do inciso III do artigo 40 do RICLDF e artigo 60, inciso XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal acerca das linhas de ônibus que atendem o Recanto das Emas II – RA XV em especial a linha 809.3.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo relatos da comunidade atendida que utiliza o transporte público naquela área, os moradores das quadras 400, 600 e 800 do Recanto das Emas reclamam que a linha 809.3 não mais os atende e que agora as alternativas passam pelo Riacho Fundo, deixando seus trajetos mais longos.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado JOE VALLE
PDT

RECEBUEMOS
11928
[Assinatura]

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª
(SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Comunicado do gabinete do Deputado Joe Valle para esta Presidência:

“Indicação de Líder.

Sr. Presidente, em conformidade com o art. 31, § 1º, do Regimento Interno desta Casa, comunicamos aos membros da Mesa e demais parlamentares que, a partir desta data, o Deputado Joe Valle assume a Liderança do PDT, sendo a Deputada Celina Leão sua vice-líder.

Desta forma, solicitamos a leitura em plenário do presente comunicado, seguida de publicação no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Atenciosamente;

Deputado Joe Valle (PDT) e Deputada Celina Leão (PDT)”.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		2

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os colegas que acompanham esta sessão.

Quero dizer que nessa retomada dos trabalhos legislativos eu acho que, neste momento, devemos ter uma só pauta, Sr. Presidente: a segurança pública do Distrito Federal. Hoje nós vivemos um clima de terror. Na verdade, é isso! Um clima de terror. A insegurança é total. O nível de estresse é enorme. Eu, assim como a maior parte dos brasilienses, tenho uma preocupação extrema com as famílias.

Eu tive a oportunidade de ligar, nesses dois finais de semana, para a minha neta que tem 19 anos, e eu disse a ela que, pelo amor de Deus, não saísse de casa, e se fosse sair, me avisasse, porque eu queria acompanhá-la e iria buscá-la. Eu mudaria toda a minha programação. Assim eu entendo o que está se passando no interior de cada casa, de cada lar brasiliense.

Temos uma crise. Nós poderíamos dizer que o problema de segurança é em todo o Brasil. Temos a situação do *crack*, temos uma legislação que permite ao bandido retornar às ruas com muita facilidade, mas, na verdade, hoje, fora essa crise, que é generalizada, nós temos aqui pontualmente uma crise maior. Essa crise maior se reflete nos altos índices de homicídio, nos altos índices de ocorrências dos últimos dois meses, dezembro e janeiro, e parece que nada mudou para o mês de fevereiro.

O que temos evidentemente é tão grave que hoje fui surpreendida na televisão – e estou pedindo informações sobre isso – com a notícia de que a Secretaria de Segurança Pública não vai mais informar para os repórteres, para os jornalistas, o número de ocorrências registradas naquele dia ou no dia anterior. Isso é muito grave. O que se está tentando esconder? Nós vivemos na época da transparência.

Também quero dizer que muitas dessas estatísticas estão maculadas pelo fato de que hoje as pessoas não se sentem mais estimuladas a fazer denúncias, a ir às delegacias. Se as pessoas tiverem o estepes do seu carro roubado – e, nos meses de dezembro e janeiro, uma infinidade de estepes de carros foram roubados –, elas não se dispõem mais a ir à delegacia fazer ocorrência.

Também tenho conversado com comerciantes do Gama, de Samambaia, do Recanto das Emas, de Ceilândia, de Planaltina, de Sobradinho e de várias outras cidades do Distrito Federal, que dizem o seguinte: "Olha, nós somos assaltados e não vamos mais fazer ocorrências na delegacia". Eu perguntei: Por quê? "Porque são menores, sabemos que eles continuarão nas ruas, e eles nos dizem: se vocês fizerem

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		3

a ocorrência, nós vamos vir aqui e vamos fazer pior; em vez de só roubarmos, nós vamos dar é uns tapas e não sei mais o que em vocês”.

Então é isso, esse é o clima que estamos vivendo no Distrito Federal. O bandido está mandando, e a população está obedecendo, porque está morrendo de medo.

Nós temos hoje um déficit de pessoal na Polícia Civil, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros grande, enorme. Vem sendo dado um alerta disso pelas associações, pelos sindicatos e pelos próprios comandantes e diretores da Polícia Civil, mas nada tem sido feito nesse sentido.

Nós temos, no Fundo Constitucional para 2014, a possibilidade de contratarmos cerca de 1.100 policiais militares, 400 policiais civis e em torno de 350 bombeiros. Nós já poderíamos ter feito desde o dia 1º de janeiro. Está lá à disposição a chamada de novos profissionais de segurança pública, mas não fizemos. Por que não fizemos? Não entendo. Se há o Fundo Constitucional, se esse fundo reservou uma parcela do seu orçamento para a chamada desses novos profissionais, por que não os chamamos? Eu acho que o governador deve uma explicação em relação a isso.

Nós temos – não tenho da Polícia Civil, mas tenho da Polícia Militar – 1.200 concursados dentro da linha de corte, prontos para serem chamados. Nós sabemos que, ao se chamar um policial militar, ele precisa de um ano de treinamento para ir para as ruas. Quem sabe se, dentro desse quadro emergencial, se for dado um treinamento intensivo para esses policiais – quem tem de dizer se isso é possível ou não são os oficiais da Polícia Militar –, nós não poderemos tê-los num tempo mais curto nas ruas. Quero assim dizer dos policiais civis também. Não sei se isso é possível. Foge à minha capacidade porque não sou uma especialista em segurança pública, mas a contratação imediata desse profissionais é possível.

Também temos ainda no banco da PM mais 2.800. Se nós baixarmos um pouco a nota de corte, eles poderão ser chamados também. E aí há necessidade de fazer um pedido à Presidenta Dilma para que S.Exa. faça, num crédito, um remanejamento de algumas rubricas dentro do Fundo Constitucional. Também nos preocupa que hoje, do Fundo Constitucional – que inicialmente foi criado pra atender a segurança pública –, menos da metade, entre 46% e 48%, vem sendo aplicado na segurança. Nós começamos num patamar maior, e vêm diminuindo, ano a ano, os valores destinados à aplicação na segurança pública. Parece-me que isso também tem que ser revisto – acho que pelo Congresso Nacional. Tem de se estabelecer realmente um percentual mínimo de aplicação na segurança pública ou o próprio governo daqui estabelecer que não vai avançar mais sobre as verbas que antes eram destinadas exclusivamente à segurança pública.

Também temos um regimento que está pronto, que foi discutido, mas falta bater o martelo se vai ser aplicado ou se não vai aplicado. O que custa àquele que

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

tem a delegação da população para ser o comandante falar: "Não, vamos ver. Precisa ser revisto esse regimento". Ou: "Esse regimento pode prosperar". Ou: "Ele não vai prosperar de jeito nenhum e vai ficar do jeito que está". É para isso que nós temos um governador. Um governador tem a delegação para fazer esse nível de decisão. Precisa ser dito isso às corporações. Precisa ser dito isso à população do Distrito Federal. Assim como a revisão do plano de carreira dos policiais, porque eles aguardam isso há muito tempo e foi tema de promessa de campanha. É por isso que há esse engasgo maior, porque foi prometido e não foi cumprido. Não precisaria ser prometido, mas foi prometido e não foi cumprido. O interessante é que, por aqui, Deputado Joe, ao longo do ano passado, mais de 22 carreiras passaram e foram atendidas em seus pleitos. E o policial militar, que está na rua, que enfrenta situações perigosas todos os dias, inclusive com risco de vida, ficou à margem de todas essas negociações que foram encaminhadas aqui à Câmara Legislativa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputada, apenas para contribuir, eu acho que V.Exa. foi muito feliz quando abordou a questão do efetivo policial. Só para V.Exa. ter ideia, em 1990, quando eu comecei a trabalhar na 4ª Delegacia de Polícia, nós éramos oito policiais no plantão. Três ficavam registrando ocorrências, e os outros cinco faziam diligência. Então, cada vez que chegava uma ocorrência, da mais simples a mais grave, havia policial atuando. A segurança se faz com imediatismo. Hoje, a maioria das nossas delegacias trabalha com três ou quatro no plantão. Assim, é impossível atender a comunidade.

A segurança, por mais complexa que ela seja, é feita com gestos simples. Um deles é o policial na rua. Não há fórmula mágica. Agora, o policial tem que existir, tem que aparecer. Não adianta colocar policial em parte administrativa. Concurso é feito para que ele esteja na rua, trabalhando. Então, hoje, infelizmente, não é o que está acontecendo. E é verdade. Nós precisamos lançar mão de todos os instrumentos que permitam que esses policiais assumam, porque, apesar da academia ser de um ano ou seis meses, o policial se faz é na rua, no dia a dia. Ele precisa ter experiência. E aí não é uma função qualquer. Colocar uma arma na cintura de um jovem e mandar ele para a rua para fazer segurança pública não é a coisa mais simples do mundo. Então, nós temos que ter responsabilidade, repensar o formato de segurança para não pagarmos o preço que estamos pagando hoje. Isso é muito caro.

A outra questão é a do Fundo Constitucional. Nós chegamos a ter o Fundo Constitucional com quase 60% de gastos com a segurança pública, e hoje está havendo uma inversão. Nós discutimos isso nessa Casa; houve, sim, uma correção, o governo tentou aproximar, mas ainda está muito distante. Por quê? Nós da

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		5

segurança pública temos uma única fonte de recursos, que se chama Fundo Constitucional.

Nas outras áreas, como educação e saúde, sou, sim, a favor de que haja investimento. Tem que ter recursos, mas existem outras fontes. No caso da segurança pública, felizmente ou infelizmente, temos apenas o Fundo Constitucional. Então, tem que haver uma preocupação com a alocação de recursos para esses servidores.

Quero concordar com a senhora. Acho que este é o momento em que temos de debater segurança exaustivamente, mas não só debater. Temos que apresentar para a sociedade uma resposta plausível. Isso não tem de acontecer só quando surgem fatos lamentáveis como esses que têm acontecido agora. Temos que fazer isso de forma contínua. Se criarmos paliativos, daqui a seis meses, viveremos uma nova crise.

Muito obrigado.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Eu poderia me estender falando sobre outras questões. Debates muito ontem, na Câmara dos Deputados, uma proposta do Deputado Pitiman. Esteve presente praticamente toda a bancada federal – os três senadores – e houve a representação também da Câmara Legislativa – eu e o Deputado Aylton Gomes –, enquanto os senhores estavam aqui, iniciando os trabalhos. E hoje, na parte da manhã, estivemos na Associação Comercial do Distrito Federal, onde, por iniciativa do seu Presidente, Cleber Pires, pudemos ver a indignação das pessoas que se encontravam lá.

Então, neste momento, é preciso deixarmos as questões partidárias e as eleições de lado, e faço aqui um pedido. Peço à Líder do Governo, Deputada Arlete Sampaio – este pedido saiu lá do Congresso Nacional ontem e, hoje, da Associação Comercial do Distrito Federal –, que solicite ao Governador a abertura de uma agenda também para o Congresso, para a Câmara Legislativa, em conjunto. Que possamos designar representantes para irem lá verificar, efetivamente, quais são as propostas para corrigir emergencialmente essa crise.

Sabemos que há ações que são estruturantes, que são de médio e longo prazos, mas há ações que têm de ser feitas agora, neste momento. Precisamos levar uma palavra ao povo brasileiro, para que ele saiba que os seus representantes, seja na Câmara dos Deputados, no Senado, na Câmara Legislativa ou no Poder Executivo, estão trabalhando para que isso aconteça.

Esse estado de guerra que vivemos hoje, no Distrito Federal, de medo de sair às ruas, é muito grave. Só para dar mais um exemplo – as mortes que aconteceram foram muito noticiadas –, ontem mesmo o Presidente do PTN, Rodrigo Delmasso, teve o seu carro furtado na porta da igreja, e assim estão acontecendo milhares e milhares de casos. Muitos chegam às estatísticas, mas tantos outros não chegarão nunca. Se chegassem, ficaríamos ainda mais horrorizados do que estamos

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		6

ao conhecer os dados que nos são apresentados. Não nos adianta falar que Brasília está na frente, em questão de segurança, de dezesseis outras capitais. O que sabemos hoje é que a sensação de insegurança em Brasília é muito grande, maior que a nossa capacidade mental de absorvê-la.

Portanto, faço esse apelo, Sr. Presidente. Sei da sua proximidade com o Governador Agnelo, conquistada com a sua coerência, com o seu trabalho, com o seu empenho em fazer este Governo funcionar, e peço que V.Exa., Presidente em exercício desta Casa, solicite ao Governador a apresentação de propostas que realmente atendam ao povo brasiliense, assim como solicito à Deputada Arlete Sampaio que peça ao Governador que nos receba, juntamente com os representantes do Congresso, da Fibra e da Fecomércio, para que, emergencialmente, ele nos diga o que está sendo feito.

Parabenizo o Secretário de Segurança, por quem tenho a maior estima, por fazer o enfrentamento em todas essas audiências que têm ocorrido. Mas ele ainda não pôde esclarecer aquilo que foi decidido pelo Governo e que será feito de imediato para nos acalmar neste momento, cada um de nós, brasilienses.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco, pela liderança do PT do B. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula, pela liderança do PEN. (Pausa.)

A Deputada Luzia de Paula abre mão.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz, pela liderança do PRTB. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista, pela liderança do PV. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, pela liderança do PMDB.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas para trazer mais uma preocupação, já que estamos discutindo tanto essa questão da segurança ou da insegurança que vivemos na nossa cidade, que talvez possa aumentar. Trago esta questão porque sei que V.Exa. tem dado um apoio muito forte aos condomínios.

Ontem tivemos uma decisão que determina a derrubada do muro do Condomínio Village. Acho que isso piora ainda mais a sensação de insegurança. Está provado, por meio de números, de estatísticas, que os condomínios são os locais mais seguros para as pessoas viverem, porque é uma forma de conter a violência. É claro que a violência fora dos muros continua, mas ali dentro, pelo menos, as pessoas têm um pouco mais de tranquilidade.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

Parece-me muito insensato que o Ministério Público insista tanto na derrubada dos muros. Esta Casa já aprovou duas leis que garantiam o cercamento e, agora, algumas decisões, como essas leis, foram consideradas inconstitucionais, o que deixou essas famílias aterrorizadas pelo risco das derrubadas.

Mais tarde alguns representantes de condomínios estarão aqui. Eles já me ligaram, e estou antecipando aqui o assunto. Eles trarão essa decisão, que, na minha opinião, realmente causa uma preocupação e um risco muito grande para esses moradores. Esta derrubada dos muros, do cercamento do Condomínio Village terá um efeito dominó. Podem ter a certeza absoluta de que essas pessoas terão muito o que reclamar.

Acho que o nosso Governo tem uma responsabilidade muito grande nesse sentido, e esta Casa, uma responsabilidade muito grande de encontrar um instrumento para impedir que isso aconteça.

Quero contar com o apoio de V.Exa. e de todos os demais companheiros. Sei que esta Casa é sensível. Vou trazer essa preocupação ao Willemann, que é uma pessoa extremamente preocupada com isso e tem sempre se colocado à disposição, mas é importante que a gente faça algo imediatamente, porque o prazo está se esgotando. Infelizmente, os órgãos fiscalizadores, daqui a pouco, terão, por dever de ofício, que cumprir uma ordem judicial, uma cobrança do Ministério Público, a fim de que se promovam essas derrubadas, e sabemos que nada pior do que isso, ainda mais neste ano.

Antecipo, então, essa minha preocupação, mas acho que, ainda hoje, a gente deve trazer mais informações sobre essa decisão.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Inicialmente, a proposição era de se fazer... fizemos uma lei ordinária, seguindo a orientação, inclusive, de áreas do Governo. Depois foi alegado que era necessária uma lei complementar, por meio da qual se muda o *quorum*, e que se faziam necessárias algumas audiências públicas. Obedecemos à orientação, e foi feita a lei complementar, que foi aprovada.

Às vezes, ficamos desanimados, Deputado Wellington Luiz, porque são tantos os problemas sociais, de políticas públicas de Brasília, e ainda precisamos nos preocupar com o cercamento de condomínios, que não está fazendo mal a ninguém. Pelo contrário, traz uma economicidade para o Governo, porque evita um policiamento ostensivo, já que a segurança daquelas áreas fica preservada.

Ficamos sem entender direito por que, diante de tantos problemas que existem na cidade, preocupar-se com uma coisa em que, realmente, não se tem problema nenhum. Não houve gasto público nenhum, todo o cercamento foi feito a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

expensas dos próprios moradores, ou seja, não envolveu recurso público nisso. Então, fica difícil de a gente entender.

Eu quero me associar ao amigo nessa luta. É necessário dar essa tranquilidade. Vamos ver que meios e que formalismo legal estão exigindo agora para que isso seja cumprido, se precisa de uma nova lei, se é preciso uma mudança na Lei Orgânica já que lei complementar não serve, se precisa de uma lei em nível de Congresso Nacional. Eu acho que tanto o Governador Agnelo, quanto a Liderança aqui com o Deputado Chico Vigilante e a Deputada Arlete Sampaio, e os demais Deputados vão estar empenhados, porque está se fazendo um mal às pessoas que estão só fazendo o bem.

Portanto, parabéns a V.Exa. por esse pronunciamento.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia, e quero também concordar com V.Exa. Acho que vai chegar a hora em que Jesus Cristo vai descer para ser o autor dessa lei para atender às exigências do Ministério Público.

O que o Ministério Público está fazendo com essas pessoas é um desserviço. Acho que um órgão importante como o MP, como bem disse V.Exa., tem muitas preocupações, tem servidores valorosos em seus quadros, mas ele precisa direcionar suas ações a determinadas situações que realmente precisem da atuação do Ministério Público. Nesse caso, especificamente, é difícil mesmo, Sr. Presidente, entender por que essa perseguição a algo que não traz nenhum prejuízo para a sociedade. Pelo contrário. Como bem disse V.Exa., onde existe o condomínio temos economicidade, porque não é preciso ter policiamento ali. Há o policiamento privado.

Então, não dá, realmente, para entender essa postura do MP. Esperamos que o Ministério Público tenha mais sensibilidade. Acredito nisso.

Agora, esta Casa e o Governo do Distrito Federal precisam dar o pontapé para que se encontre uma saída, para que essas pessoas possam viver em paz. Acho que o que eles pedem não é muito, e é obrigação nossa ouvi-los e atendê-los.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo, pelo Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio, Líder do Governo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero fazer uma proposta em relação à fala do Deputado Wellington Luiz.

Eu penso que esta Câmara Legislativa e sua Mesa Diretora poderiam organizar uma comissão para conversar com a Procuradora-Geral do Ministério Público e propor a S.Exa. uma trégua: que nenhuma medida possa ser acionada pelo

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

Ministério Público no sentido da retirada das muradas dos condomínios enquanto nós não encontrarmos uma solução jurídica conveniente para solucionar a defesa daqueles equipamentos, porque isso protege a população. E nós vamos buscar juridicamente um meio, como uma revisão da Lei Orgânica, para que possamos modificar e garantir que haja institucionalidade na decisão de manter as muradas. Portanto, eu queria fazer esta proposta: que nós fôssemos sensibilizar o Ministério Público com relação a isso.

Vou falar da questão da segurança pública no Distrito Federal.

Em primeiro lugar, eu quero fazer um elogio público à atitude do Senador Cristovam Buarque. O Senador Cristovam Buarque, como Senador da República, ex-Governador desta cidade, telefonou, no sábado, ao Governador Agnelo e, em seguida, encontrou-se com S.Exa. para externar, em seu nome e em nome de toda a população de Brasília, a sua preocupação com a situação da segurança pública e da violência crescente no Distrito Federal.

Eu tenho certeza de que, ao lado do Governador, estamos procurando alternativas a serem anunciadas muito brevemente para que possamos resolver a chamada operação tartaruga que, agora, pelo que diz a imprensa, transformou-se em uma operação-padrão em que todos seremos absolutamente seguidos pela polícia e seremos abordados diante de qualquer coisa irregular que aconteça – já se prometeu, por exemplo, encher os pátios do Detran.

Então, eu acho que esses arroubos que têm acontecido, Deputado Wellington Luiz, também revelam o lado ruim dessa disputa, que é o lado politiqueiro. É o lado daquelas pessoas que, embora afastadas da polícia, procuram se reaproximar na perspectiva das próximas eleições. Esse é o lado negativo porque não ajuda a resolver o problema, que é real. É por isso que estou aqui publicamente elogiando o Senador Cristovam Buarque, que não comentou muito, mas que foi lá e tomou uma atitude concreta de procurar o Governador para juntos irmos ao Governo Federal no sentido de buscar alternativas. Tenho certeza de que elas estão sendo construídas e que em breve serão anunciadas ao povo de Brasília e às corporações que se encontram mobilizadas.

Dito isso, quero dizer que realmente a violência assusta a todos nós. A violência às vezes faz com que jovens como Leonardo percam a vida precocemente. Crianças na Estrutural perderam a vida precocemente. Isso realmente é assustador. Os empreendimentos são muito abordados pelos marginais, várias vezes roubados. O medo faz com que as pessoas se recolham. Então, nós não podemos aceitar a continuidade de tudo isso. Nós temos corporações absolutamente eficientes no Distrito Federal, que não podem também prescindir de levar a efeito o seu papel institucional por causa de reivindicações salariais.

Quero dizer que este governo não está parado no tempo. Se nós formos aqui somar todas as iniciativas que o governo já tomou para satisfazer as demandas da

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 02 2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, veremos que são inúmeras! Ainda não de forma suficiente para eles. É legítimo o direito que as categorias têm de continuarem lutando, mas é possível e necessário que façamos isso num patamar civilizado e num patamar de diálogo, para que se encontre efetivamente a solução.

Aqui foi falado do Fundo Constitucional. Eu quero agregar aqui algumas informações ao que já foi dito. Primeiro, lembraria que o Fundo Constitucional foi instituído em dezembro de 2002. Lula ganhara as eleições e o governo de Brasília temia que o governo do Presidente Lula não fosse arcar com a responsabilidade de custear o pagamento do salário da saúde e da educação, que não eram institucionalizados, ainda eram fruto de um decreto do Presidente Juscelino Kubitschek. O fundo foi feito para arcar globalmente com as despesas da segurança pública e com os salários da saúde e da educação. Se contarmos a qualquer governador do Brasil, a qualquer autoridade deste país que o Distrito Federal recebe 10 bilhões de reais para essa finalidade e ainda assim tem que usar recursos do Tesouro para pagar salários da saúde e da educação, ninguém vai acreditar nisso. Ocorre que a nossa cidade, o Distrito Federal – e aqui vou fazer uma paródia com o que falou Caetano Veloso: “Triste Brasília. Ó quão dessemelhante” – virou uma república de corporações. Nós vimos aqui nesta Casa a quantidade de projetos que vieram para atender às mobilizações das diversas categorias. Se não o fizéssemos, haveria greve, pararia a saúde, pararia a educação, pararia tudo! Embora sejamos os maiores salários do País.

Então, a Câmara Legislativa precisa ajudar os governos a saírem dessa enalacrada. Nenhum estado, nenhum governo pode viver exclusivamente para pagar salários. Tem que fazer investimentos. Existem as despesas de custeio. É fundamental que a gente possa contribuir para ver de conjunto as necessidades do Distrito Federal. Realmente essa proporção que existe hoje dos gastos do Fundo Constitucional com a segurança é preocupante, e o governo tem que reverter isso, porque de fato nós precisamos investir mais na área de segurança pública.

Eu fiquei muito preocupada porque até a diplomacia foi atingida. A gente precisa de fato salvaguardar a vida das pessoas em cada uma das nossas cidades – preservar a segurança pública. Realmente eu estou preocupada tanto quanto os demais companheiros aqui. Só que essa é uma discussão que efetivamente tem que ser solucionada com negociação com o governo, e o Governador Agnelo está absolutamente preocupado com isso e vai buscar alternativas para sanar esses problemas. Eu tenho certeza de que nós brevemente estaremos anunciando aquilo que o governo vai poder realizar no Distrito Federal.

Fica aqui, portanto, mais uma vez a minha admiração pela atitude que o Senador Cristovam Buarque tomou responsabilmente no último sábado. Muito obrigada.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		11

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou abordar na tarde de hoje dois pontos que eu acho da mais alta importância.

Primeiro, a questão da segurança. Eu acompanho essa questão desde que cheguei a Brasília em 1977. Tem pessoas que estudam há mais tempo como, por exemplo, o professor Manoel Ferreira, que é da Universidade de Brasília, e que disse numa entrevista dada recentemente à TV Record que há 11 anos estuda esse assunto e que a violência praticada hoje não é diferente da praticada há 11 anos. A verdade é que houve um processo de destruição do Distrito Federal, de inchaço do Distrito Federal, sem que os equipamentos públicos acompanhassem esse inchaço que houve.

O Deputado Wellington Luiz falava aqui que, quando assumiu a Polícia Civil no Distrito Federal, a delegacia na qual trabalhava tinha oito agentes. Deputado Wellington Luiz, o problema é que o último... Todo mundo sabe que quem organiza e mantém a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros é a União. A última contratação que tinha acontecido para policiais civis no Distrito Federal foi quando eu era Deputado Federal e fui relator do projeto na Câmara dos Deputados. Portanto, era um descaso completo. Para se ter uma ideia, há 12 anos o Corpo de Bombeiros não contratava uma pessoa. A sociedade não sabe, mas não tinha mais praças no Corpo de Bombeiros. O Governador Agnelo agora que determinou, foram contratados e já estão incorporados 730 bombeiros militares. Iniciou-se no governo de Rogério Rosso um concurso público para contratação de policiais militares, terminou no Governo Agnelo, e já estão incorporados na Polícia Militar 1.300 novos policiais militares. Foi aberto um concurso público agora para a incorporação de mais 1.800 policiais militares. Ainda é pouco.

Outro dado: no Governo Agnelo Queiroz, nós já investimos 600 milhões de reais para a compra de equipamentos para as duas corporações, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Seiscentos milhões! Compramos para o Corpo de Bombeiros Militar os carros mais modernos que existem no mundo, que são de fabricação norte-americana. Antes, comprava-se da Finlândia, porque era rolo comprovado. Eu entrei na Justiça

Eu entrei na Justiça Federal com uma denúncia, felizmente os governos anteriores foram condenados, porque desviaram recursos na hora em que compraram equipamentos para o Corpo de Bombeiros. O Governador Agnelo não, S.Exa. está equipando o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a Polícia Militar do Distrito Federal. Os melhores armamentos, as melhores viaturas, estamos comprando-os, eles foram entregues e estão sendo incorporados.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

É claro que temos um problema salarial que precisa ser resolvido e que está sendo discutido e trabalhado. Agora, não iremos aceitar, em hipótese nenhuma, a politicagem na segurança pública do Distrito Federal. Quem quiser ganhar a eleição apresente propostas, não venha com esse tipo de discursinho que estão colocando por aí, porque a sociedade já está cheia disso. Até porque todos que criticam o Agnelo hoje já foram governo no Distrito Federal, participaram da destruição que foi feita no Distrito Federal e não levantaram a voz em nenhum momento. Participaram dessa carnificina, que foi a destruição da qualidade de vida do Distrito Federal. Sabíamos que daria nisso, sabíamos que o crescimento desordenado chegaria ao ponto de sermos a unidade da Federação com a mais alta desigualdade social. Hoje, perdemos até para o meu vizinho, o Estado do Piauí. Portanto, é brutal a desigualdade social da distribuição de renda, dado o crescimento desordenado que foi feito aqui no Distrito Federal. Isso aí foi consequência das políticas populistas implementadas no Distrito Federal. Os mesmos que colaboraram com isso, que trabalharam pela destruição do Distrito Federal, que autoridade eles têm agora para virem criticar o Governo Agnelo? Baseado em quê? Participaram dessa indecência, dessa imoralidade e, agora, querem posar de santos, de santas, querem falar de competência.

A primeira vez que eu vi um governo que teve a capacidade de destruir até sonhos, porque o sonho de Dom Bosco foi destruído com o inchaço desordenado do Distrito Federal. E todos se calaram: a imprensa do Distrito Federal, o Ministério Público. Ninguém fez nada, cada um ficou no seu canto assistindo passivamente a destruição do Distrito Federal. Agora, felizmente, há um governo que tem essa preocupação e está no processo de recuperação do Distrito Federal.

O segundo ponto, Sr. Presidente, que eu quero abordar é que estive hoje com a Deputada Luzia de Paula e com o Deputado Olair Francisco pela manhã participando de uma bonita festa, com um significado da mais alta profundidade, que foi a entrega do Cartão Material Escolar lá na Ceilândia. Só lá existem 12 mil famílias que serão beneficiadas. Cada mãe recebe um cartão do BRB onde são creditados 220 reais, e ela vai a uma das papelarias credenciadas pelo governo, Deputado Prof. Israel Batista, e escolhe um material de qualidade. Acabamos com aquelas licitações superfaturadas que tratavam as pessoas como se todas fossem do mesmo jeito. Agora não, a mãe vai lá e escolhe qual caderno ela quer para o filho, qual o tipo de borracha, são 42 itens que ela está autorizada a adquirir e levar para o seu filho. Portanto, foi um momento realmente bonito, uma festa, cidadania, e aquilo ali é que anima a gente a continuar nessa luta em defesa do Distrito Federal apoiando o Governo Agnelo Queiroz.

Outra grande vitória foi a transformação, no dia de hoje, o governador assinou pela manhã do Sesi de Ceilândia em Escola Parque Ceilândia. É a primeira escola parque fora do quadrilátero do Distrito Federal, em uma cidade-satélite – na Ceilândia. E houve gente aqui que foi contra, porque é contra pobre ter coisa de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 02 2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

qualidade. Pois vai ter, na Ceilândia, porque o governador assinou hoje uma portaria. O Sesi já é do Distrito Federal. Agora é a Escola Parque Anísio Teixeira, na minha querida cidade da Ceilândia. Eu fiquei extremamente feliz, transbordando de felicidade em ver a transformação que nós fizemos do Sesi, passando-o para a comunidade da Ceilândia, mais especialmente para os estudantes de nossa cidade. É uma bonita escola agora: Escola Parque Anísio Teixeira. É mais uma realização desse homem que realmente se preocupa com a população do Distrito Federal, o nosso companheiro Governador Agnelo Queiroz.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, boa tarde. Hoje é um dia especial. Como desde o primeiro ano de mandato nessa data eu me pronuncio, hoje não poderia ser diferente. Hoje é um dia especial, porque é a abertura do ano letivo em Brasília, portanto a data mais especial deste ano, de largada. Hoje as nossas crianças e adolescentes retornam às nossas escolas.

Nós tivemos muitos avanços nos últimos anos desde 2011. Mais de 4 mil professores foram nomeados para a Secretaria de Educação. Portanto, estamos atacando frontalmente o problema histórico da falta de professores. Vale lembrar que esse número de nomeações é um recorde na história do Distrito Federal. Neste ano, muitas escolas passaram por reformas importantes. Algumas estão em obras ainda agora, mas este ano também se iniciou com uma preocupação e, nesta data especial, eu queria fazer menção a esse problema, para chamar atenção para isso, para mostrar às autoridades que esse assunto precisa ser resolvido já.

No ano passado, 2013, o PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, recurso descentralizado para gestão escolar, foi aprovado aqui na Câmara em 19 milhões. Isso foi no fim de 2012. No início de 2013, decidiu-se, por uma portaria, que se colocaria cerca de 100 milhões para o PDAF. Nós sabemos que portaria não é o instrumento legal para se destinar recurso. Todo recurso destinado tem que passar pela Câmara. Então, houve um erro da Secretaria, um erro que não foi percebido durante o ano inteiro. Nós da Câmara Legislativa aprovamos 19 milhões, uma portaria divulgou a todos os diretores de escolas públicas do Distrito Federal que eram mais de 100 milhões, e obviamente esses diretores gastaram como se tivessem mais de 100 milhões para gastar.

Eu tenho tido encontro com os diretores há cerca de duas semanas e fiquei muito preocupado, porque alguns, Deputado, como o diretor do Centro de Ensino Médio 2 do Gama, estão devendo mais de 200 mil reais. Isso em material da escola. Esse dinheiro teria uma cobertura do PDAF, mas as escolas ainda não receberam tudo relativo ao ano passado. Essa questão, Deputada Arlete Sampaio, me chamou

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		14

muita atenção, porque os diretores reclamam que no ano passado inteiro a gestão de parte da Secretaria de Educação os incitou a gastar dinheiro, dizendo que não gastar dinheiro seria uma incompetência na execução desse orçamento. Acabou que esses diretores gastaram como se tivessem todo aquele recurso, Deputado Olair Francisco, e agora estão endividados. Há diretor de escola classe devendo 50 mil reais.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Quero fazer um aparte muito rápido. Primeiro, eu não entendo como um diretor, que ainda mais é um educador, que entende de conta, etc., etc., faz um compromisso sem ter dinheiro. Mas o meu aparte não é em relação a isso.

V.Exa. hoje vem aqui brindar o início das aulas. Ontem eu estive aqui em plenário com o nosso Secretário de Educação. Fazia tempo que não víamos um início de ano tão calmo como esse, porque as matrículas foram tranquilas. Infelizmente, nós tivemos um problema nas matrículas apenas dos infantis, porque não temos ainda creches suficientes, pois estão em construção.

Mas eu faço um aparte porque, quando V.Exa. vem brindar este momento do início das aulas, eu gostaria de acrescentar em seu discurso – o Deputado Chico Vigilante começou a saudar o momento de hoje de manhã, mas eu não sei se ele foi a fundo – como foi importante o segundo ano desse projeto liderado pela Secretaria da Pequena e Microempresa, que é dar o material escolar a 130 mil alunos da rede pública do Distrito Federal.

O importante, Deputado Prof. Israel Batista, é que as pessoas que têm acesso a esse cartão não podem extraviar aquele recurso para adquirir outra coisa, e o comerciante não pode vender para elas outro produto que não seja para o início de aula.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – É bom para todo mundo.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Principalmente para o governo que está fazendo a ação: não se extravia o recurso. A empresa que se cadastra na secretaria, que vai receber esse cartão, vai ter que levar a nota fiscal para a secretaria, e a nota fiscal vai dizer se o beneficiado adquiriu outro produto que não fosse escolar. Outra coisa importante: se ele adquirir outra coisa, o cartão não passa.

É o quarto ano em que V.Exa. vem brindar aqui o início das aulas. Então, há essas coisas positivas. E esse cartão liderado pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa vai trazer benefício ao comércio, às famílias e aos estudantes de bem.

Portanto, gostaria de acrescentar isso, que é uma coisa importante. V.Exa. é um educador, um homem que pensa na juventude, se preocupa com a criança, se

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		15

preocupa com o aprendizado da pessoa. É fundamental V.Exa. saber que hoje, nesse início de ano, estamos dando um pontapé importante, que é esse projeto de que fui testemunha hoje lá no Sesi da Ceilândia.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Parabéns, Deputado Olair Francisco. É verdade, é um excelente programa. Falei sobre ele no ano passado. Um programa exemplar, muito importante para a nossa cidade.

Como eu ia dizendo, se nós pegarmos o exemplo do Centro de Ensino Médio 2, essa escola lá do Gama recebeu em 9 de abril de 2013 um documento da secretaria, uma portaria, informando que o recurso do ano seria de R\$ 648.596,00 (seiscentos e quarenta e oito mil, quinhentos e noventa e seis reais). E até o final do ano não receberam nada. Agora, a escola acumulou uma dívida de R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais) relativa ao ano passado, e o que está previsto para este ano é que ela receba três parcelas de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ao longo do ano e uma última parcela de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) – ao todo, R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o ano de 2014.

A questão que eu deixo para a Secretaria de Educação é: nós precisamos tratar da dívida que mais de 50% das escolas mantêm do ano passado. É preciso chamar uma reunião sobre essa dívida do passado, e não apenas sobre o PDAF de 2014. O PDAF é uma vitória da educação brasileira. O PDAF são recursos para que a escola administre do jeito que ela entende ser melhor para os seus problemas e desafios. Mas, dessa forma, o PDAF está se tornando uma armadilha para os diretores.

O Deputado Olair Francisco pergunta como diretores fazem dívida sem terem o dinheiro para pagar. Fazem dívida com o documento, Deputado. Tem aqui uma Portaria do Governo, de 9 de abril de 2013, dizendo que eles tinham isso aqui para gastar. E será que é mesmo papel do diretor saber que uma Portaria não tem efeito para transmissão de recursos? Como é que é isso? Não é?

Então, muito triste essa situação, eu tenho respeitado os avanços que acontecem na educação, tenho sido um parceiro, mas eu recebi tantos colegas diretores que confiam em mim por eu ser professor, que eu não poderia deixar de trazer esse assunto à Casa. Essa escola do Gama vai receber nesse ano R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); a dívida do ano passado é de R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais). Esse cálculo não bate. Nós temos que resolver isso; do PDAF de 2013 ela recebeu, está documentado, está tudo aqui, zero reais, e é nada menos que a maior escola do Gama.

Então, eu faço esse apelo, e faço essa pressão pelo Poder Legislativo para que a Secretaria de Educação não só discuta o PDAF deste ano. Houve um grande avanço, tenho que reconhecer, este é o primeiro ano em que o recurso do PDAF vai ser colocado ainda no primeiro bimestre do ano; sempre foi colocado no segundo semestre. Então, isso é um avanço. Só que está faltando o dinheiro do ano passado.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 02 2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Prof. Israel Batista.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que me traz à tribuna hoje são dois assuntos específicos, um sobre habitação e um comentário mais sobre o ângulo orçamentário sobre a crise da segurança pública.

Inicialmente eu venho a esta tribuna para abordar um assunto de elevado interesse social, que trata da situação das famílias da conhecida área de transição do Varjão, Deputado Wellington Luiz, onde residiam em condições subumanas e em situação de eminente risco de desmoronamento por sua localização na encosta do morro.

Antes, peço licença para fazer um breve histórico da situação.

Os moradores viviam nessa área de transição da Quadra 11 do Varjão há mais de uma década, em condições inaceitáveis de habitabilidade, padrão indigno para a Capital da República, fato atestado pela Defesa Civil em laudo que fundamentou a remoção das ditas famílias.

Diante da gravidade, o governo fez a remoção dos moradores, ocasião em que providenciou, entre outras, a concessão de ajuda para custear o aluguel até o assentamento nas unidades habitacionais previstas.

Nessa oportunidade, a Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Deputada Arlete Sampaio, em levantamento criterioso, contou 367 famílias em todo o Varjão em condições, ou seja, com necessidade de acesso a uma moradia digna por meio do Programa Morar Bem, prometendo construí-las em caráter emergencial.

Em síntese: a situação, repita-se, com elevado interesse social, que parecia ser resolvida com certa urgência, posto que as famílias foram retiradas da área com o compromisso de serem reassentadas de imediato, ainda não tem qualquer previsão de se concretizar.

E tem mais um óbice: empresas que participaram do certame licitatório para edificar os apartamentos desistiram de contratar com o governo, alegando não ser viável do ponto de vista econômico a presente obra.

Sem solução, se agrava também pelo fato de que o auxílio-moradia que o governo fornece para pagar o aluguel social já não acompanha o reajuste cobrado pelos proprietários dos imóveis.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		17

Nesse sentido, com aguçado senso de responsabilidade e respeito pela causa dos moradores, aos quais me associo, o atual Administrador do Varjão, Chicão, trabalha intensamente no sentido de ajudar na solução desse problema, tendo, inclusive, criado uma Comissão Mista de Trabalho composta por representantes dos interessados, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e atuar junto aos órgãos competentes no que tange à construção das unidades habitacionais no Varjão.

Assim é que, na luta para encontrar uma solução definitiva, peço a interferência do nosso Governador do Distrito Federal na adoção de providências necessárias e urgentes, junto ao nosso Secretário e Deputado Federal Geraldo Magela, para completar o processo de assentamento, outrora prometido aos ex-moradores da área de transição do Varjão, uma vez que essas famílias saíram de forma pacífica do local, acreditando na atuação do governo em construir as unidades habitacionais, e esperam até a presente data pelo atendimento.

Outro assunto que eu gostaria de abordar, Sr. Presidente, é que nesta crise de segurança pública muito se fala de orçamento, Deputado Joe Valle. Já estive em algumas reuniões e muito se fala em orçamento para segurança pública e muitas vezes confundem investimento de obra com orçamento em segurança. A minha abordagem busca exatamente fazer alguns esclarecimentos nesta área, porque sabemos, Deputado Wellington Luiz, que toda crise se vence com trabalho, e a crise da segurança pública, para ser vencida, precisa primeiro de trabalho e de orçamento – vontade política e orçamento – para que seja feita a segurança pública nos moldes que esperamos. Sabemos que segurança pública se faz com recursos para tecnologia e com recursos humanos. Os recursos humanos não só em termos de quantidade – porque qualidade nós temos nos policiais civis, policiais militares e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal –, mas principalmente no fator motivação.

Temos alguns elementos que precisam ser colocados aqui para esclarecimento. Por exemplo, foi instituído, a partir de 2009, risco de vida no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais). Em 2010, esse valor passou para R\$400,00 (quatrocentos reais); em 2011, para R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais); em 2012, para R\$700,00 (setecentos reais); em 2013, para R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais); e a partir de agosto de 2014, passará a ser de R\$1.000,00 (um mil reais). O que temos na Lei Orçamentária de 2014, que foi aprovado no dia 21 de janeiro de 2014, para a área de segurança? Temos no Fundo Constitucional R\$11.664.812.281,00 (onze bilhões, seiscentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e doze mil, duzentos e oitenta e um reais); para o pessoal de todas as áreas, saúde, segurança e educação, temos R\$10.382.749.957,00 (dez bilhões, trezentos e oitenta e dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais); para o pessoal de segurança, temos R\$3.699.480.169,00 (três bilhões, seiscentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e oitenta mil, cento e sessenta e nove reais); mais R\$1.658.090.882,00 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e oito milhões, noventa mil, oitocentos e oitenta e

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		18

dois reais) para pagamento do pessoal inativo da segurança. Investimento em todas as áreas dentro do fundo, temos R\$347.917.748,00 (trezentos e quarenta e sete milhões, novecentos e dezessete mil, setecentos e quarenta e oito reais); e o custeio das três áreas que compõem o Fundo Constitucional, R\$934.145.976,00 (novecentos e trinta e quatro milhões, cento e quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e seis reais), sendo que o pagamento de saúde, Deputado Wellington Luiz, é de R\$3.108.000.000,00 (três bilhões, cento e oito milhões de reais). O pagamento do pessoal da educação é R\$2.818.808.000,00 (dois bilhões, oitocentos e dezoito milhões, oitocentos e oito mil reais); ou seja, pela primeira vez não vieram discriminadas as áreas de saúde, educação e segurança dentro do Fundo Constitucional, o que deve facilitar a gestão do fundo por parte da Secretaria do Tesouro do Governo do Distrito Federal, podendo fazer alguns remanejamentos no sentido de extirpar essa crise existente.

Nós sabemos que o GDF pode remanejar até 30% do total, conforme foi aprovado na Lei Orçamentária Anual por decreto. Concluindo, 89% do Fundo Constitucional do Distrito Federal estão reservados para pagamento do pessoal de segurança pública, educação e saúde, ou seja, 89% de todos os recursos do Fundo Constitucional estão destinados a pagamento de pessoal, sendo que 45,92% do Fundo Constitucional estão reservados para pagamento de pessoal da segurança, 26,64% para o pessoal da saúde e 24,07% estão reservados para pagamento do pessoal da educação.

Mas na criação, Deputado Joe Valle, do Fundo Constitucional — temos que nos ater a essa redação — prevê-se que os recursos serão para organização e manutenção da segurança pública e assistência da área de educação e saúde, ou seja, o objetivo principal da criação do Fundo Constitucional sempre foi focado na área de segurança, complementando que poderiam ser assistidas com os recursos do Fundo Constitucional a educação e a saúde, de forma que o GDF, desse montante, pode remanejar até 3 bilhões e 884 milhões da Lei Orçamentária Anual de 2014, conforme a lei permite, conforme nós a aprovamos.

A atual situação do pessoal da PM também, cujos quantitativos variam de acordo com cada reunião que é feita, é a seguinte, Deputado Wellington Luiz: 14.600 é o quadro de pessoal na ativa; inativos são 3.500 e há 3.700 pensionistas, no total de 21.800 pessoas, entre ativos, inativos e pensionistas. A folha de pagamento da área de segurança do mês de janeiro foi de 206 milhões de reais.

Quais são, pela pesquisa feita, Deputado Wellington Luiz, os principais fatores dessa Operação Tartaruga identificados, conversando com alguns policiais, sejam oficiais ou praças? Pagamento de gratificação aos comandos, e pouco aos praças; tropa sem plano de carreira; promoção, que não significa aumento salarial; o último aumento real foi feito em 2009; hiato entre disponibilidade de vaga com pessoal habilitado e vice-versa; troca de comando — já houve cinco comandantes-

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		19

gerais em pouco período de tempo —; o Comando-Geral, segundo a alegação dos policiais, não tem acesso direto ao governo.

Existe aumento significativo em outras carreiras, como agentes penitenciários, agentes do Detran e pessoal da saúde, sem que haja aumento para os policiais. Às vezes, determinadas categorias merecidamente estão ganhando bem, mas muitos deles ganham mais do que policiais que já estão praticamente com 10 anos de carreira, o que desmotiva os policiais. Promessas feitas durante o período eleitoral não foram cumpridas.

Os representantes das categorias estão enfraquecidos por não ter acesso, por não ter como lutar pelas reivindicações das categorias que representam; há proximidade das eleições e falta de um comando mais forte estabelecido pelos comandantes de área, dada a rotatividade. Às vezes, o pessoal alega que não conhece o nome do comandante pelo nome, porque há essa rotatividade muito grande. E indisciplina, em alguns casos, da tropa.

A legislação penal, que está sendo muito batida pelo Secretário de Segurança Pública, é branda — ou seja, aquele negócio de se prender o menor e, após 45 dias, ele está fora. Ou quando se prende o sujeito, em pouco tempo ele está fora, e se instala aquele ciclo em que se prende o sujeito, ele comete crime e depois tem que voltar novamente.

Então, existe como consequência, Deputado Joe Valle, principalmente o quê? O aumento da criminalidade, a sensação de insegurança, a exploração na mídia — praticamente todo o espaço da mídia está sendo preenchido não só local, mas em nível nacional com o problema da segurança de Brasília —; muita exploração política do evento; surgimento de lideranças dentro do movimento fazendo promessas, como é comum no meio político, de solucionar ou do tipo: se eu for eleito, eu prometo resolver.

O fortalecimento de antigas lideranças, que já estavam alijadas dos processos e estão ressurgindo novamente, alegando que em sua época isso era muito bom. E a criação de uma zona de conforto para quem não quer trabalhar, porque em um momento de crise, quem realmente não tem muita vontade de trabalhar, quando se junta a um grande grupo de pessoas, elas se aproveitam desse momento, já que gostam de fazer corpo mole, para fazer um corpo mole maior.

Eu não sei se é verídico, mas há informação de que, pelo não acompanhamento, colocou-se um percentual muito elevado da tropa de férias no período de dezembro e janeiro. Chegou-se a dizer que ao ir aos quartéis, Deputada Arlete Sampaio, viam-se muitos carros nos pátios que deveriam estar nas ruas, porque provavelmente se concentrou uma grande quantidade de policiais de férias em dezembro e janeiro, deixando um espaço maior da ausência deles nas ruas, provocando exatamente o aumento da criminalidade e culminando com essa crise que foi aí instalada.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
05 02 2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

Existe uma série de sugestões do ponto de vista orçamentário: o que o governo pode fazer para resolver isso? Nós precisamos resolver esse problema de concurso, do aumento da quantidade de policiais. Isso não se dá em um instalar de dedos, pois existe um processo. Existe um processo para contratar mais de 3 mil policiais civis. Há necessidade de que o governo faça um gesto de pegar o projeto de reestruturação que corrija essas distorções salariais e crie uma carreira dentro da Polícia Militar. Existe esse projeto, Willemann? Algumas pessoas têm esse projeto. Ele é bem fundamentado e foi constituído por uma comissão. Mas a gente não sabe se o governo teve acesso a esse plano de reestruturação.

Que o governador o transforme em uma exposição de motivos à Presidente Dilma e que ela possa fazer isso em forma de mensagem ao Congresso Nacional, o qual transformará essa mensagem em projeto de lei que dê expectativa e esperança de que os policiais militares vão ter um plano de reestruturação de carreira, para que eles saibam onde estão e onde podem chegar.

Outra alegação também que é muito feita sobre o preenchimento – eu tive o cuidado de ficar ouvindo várias pessoas de várias áreas, oficiais, que gostam do governo, e outras que não gostam – é que o sujeito está cabo, e vai para sargento, e aí abre, em decorrência de aposentaria – sargento aposentado –, às vezes tem cinquenta, sessenta vagas. Em vez de se fazer gradativamente a ascensão, fazer a ascensão natural dos cabos às vagas de sargento, às vezes se espera quatro, cinco, seis, sete anos para juntar um pacote e levar todos para preencher aquelas vagas, em vez de ter uma ascensão funcional imediata, para o sujeito saber: se houver essa vaga, como eu estou aqui na prioridade, eu vou subir automaticamente.

É esta série de fatores que provavelmente culminou com essa crise: a falta de perspectiva de um plano de reestruturação, e provavelmente há uma grande ausência de policiais em decorrência de concentração de férias em período de fim de ano, que culminou com o elevado grau de criminalidade em Brasília. Sabemos que temos condições orçamentárias e financeiras, com ajuda do governo federal, de corrigirmos essa situação.

O que se percebe desse jogo é que é um jogo perdedor, perdedor para a população, perdedor para os deputados distritais e federais, para senador, para governador, não tem ganhador nessa crise. Ninguém pode dizer que vai ganhar com essa crise. Pode até esporadicamente dar discurso para alguns, mas ninguém ganha. Esse é o tipo do jogo que se todo mundo não se unir para resolver, quem está sendo prejudicado somos todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa).

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		21

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria usar a tribuna nesta tarde primeiro para falar... A Deputada Eliana Pedrosa já falou sobre o evento que houve hoje na associação comercial.

Quando não damos conta de resolver o problema, pomos a culpa no governo passado, na gestão passada, até porque a solução de uma crise precisa ter uma ação pontuada.

Eu não quero politizar o debate da segurança pública, mas não podemos também politizar a resposta imediata para a população que está esperando.

Ontem eu falei isso. Não sei se o Deputado Joe Valle estava no momento da minha fala, mas eu falei que essa crise é de todo mundo, inclusive do Poder Legislativo. Essa crise não é só do Governador Agnelo, é nossa também porque nós somos os representantes da população. Se, durante o tempo em que somos parlamentares, a segurança está ruim, é responsabilidade nossa também.

Então, eu acho que nós temos de encarar todo esse problema com muita maturidade para que a população tenha confiança de que estamos buscando a melhor solução. E não criar o caos, não piorar o caos que está instalado. É isso que a população tem cobrado de nós.

Ontem foi dito aqui em vários discursos, como nos dos Deputados Patrício, Wellington Luiz e Dr. Michel, que estava presente e fez uma belíssima fala na associação comercial. S.Exa. conhece com profundidade a segurança pública, é aquela pessoa que combateu o crime diretamente e é importante ouvirmos as pessoas e os especialistas em segurança pública, mas eu queria fazer uma observação.

A Associação Comercial do Distrito Federal e a Fecomércio fizeram duas cartas. Eu acho que é um momento de reflexão para nós quando os comerciantes batem à nossa porta, à porta do Poder Legislativo e falam assim: "Nossa, vamos fechar, vamos parar porque não é só a insegurança, também é o sentimento de insegurança". E aqui eu quero parabenizar o Secretário Sandro Avelar por ter ido lá. Esse é um momento de dificuldade, e essa crise tem de ser enfrentada, mas o que me deixa, às vezes, perplexa é a falta de ações claras. Sabe, Deputado Joe Valle? Por exemplo, ontem, o Deputado Patrício disse que 50% da tropa estão na atividade meio. Cadê uma coordenação para colocá-los nas ruas? Eu acho que essas soluções que precisam ser imediatas e devem ser adotadas pelo Poder Executivo precisam ter um calendário, precisam ser discutidas.

O Deputado Dr. Michel colocou um debate que é importante ser feito: a maioria penal. Será que não é o momento de discutirmos também isso, se é bom ou se é ruim? Será que nós vamos aliciar os nossos jovens agora menores do que...

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014	15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		22

Se a gente conseguisse diminuir a maioria penal... Eu acho que é um debate amplo que precisa ser feito.

O que não dá para aceitar é fazermos de conta que não existe nada. Isso não dá! Eu tenho certeza de que todo governador que passou pelo Governo do Distrito Federal teve a sua parcela de responsabilidade em tudo que está aqui hoje, tanto nas coisas positivas, quanto nas coisas negativas. Isso faz parte da herança. Agora, a gente não assumir o que está acontecendo, falando do inchaço da população é muita irresponsabilidade, é muita falta de maturidade. É muita. Porque se formos parar e pensar assim, nunca vivemos uma crise assim em nenhum governo. Como está instalada hoje, em nenhum governo.

Não é só o crescimento populacional. O crescimento populacional existe, ele é normal, tanto que os índices vêm crescendo, mas vêm crescendo de maneira paliativa junto com o crescimento. Quando o índice e as estatísticas ultrapassam 50% para um mesmo período do ano anterior, quando não dobramos a população de Brasília de um ano para outro, não há nada que os justifique.

Nova Iorque, Deputado Joe Valle, tem menos efetivo que Brasília e funciona porque há uma unificação da carreira. Lá o policial tem responsabilidade de fazer tudo: pode autuar, pode multar, pode abrir inquérito. Ele tem a responsabilidade de fazer. É claro que esse debate não é só nosso, da Câmara Legislativa. Ele é, principalmente, do Poder Executivo, da Presidente Dilma, mas não encarar isso com muita responsabilidade seria infantil da nossa parte.

Então, eu só queria reportar a todos vocês, colegas que estão aqui, que o que foi colocado hoje na Associação Comercial foi um pedido de socorro. As famílias que estavam lá, os empresários que estavam lá... Mais de 1.900 comércios foram fechados na Asa Sul e na Asa Norte.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina, eu sei que a senhora está falando. Talvez até o tempo da senhora já esteja se esgotando, mas eu não poderia deixar de apartear-la.

Eu fiz ontem um questionamento, um ponto de observação. Eu disse o que a gente poderia fazer para voltar ao clima de estabilidade na sociedade. Então, todos nós estamos unidos num só objetivo. E a gente sabe, eu particularmente sei que isso não é um problema da Polícia Militar. Não é a Polícia Militar que fez ou que faz a insegurança. Não são os trabalhadores. Não são os policiais que fazem isso. É gente do mal. Então, a gente não pode transferir, Deputado Wellington, a responsabilidade. O senhor está presidindo a sessão e é da força de segurança, é um policial civil. O senhor é policial civil, o seu irmão é policial civil. Eu vim aqui conversar com o senhor sobre o Peixotão. Ele é policial civil, o irmão dele é policial

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		23

civil. Toda essa sociedade ligada ao senhor é policial civil. A minha geração, as pessoas ligadas a mim, meu irmão, meu primo, nós somos ligados ao comércio. E a gente não pode deixar que transfiram a responsabilidade para a Polícia Militar ou para a Polícia Civil, porque na Polícia Militar, na Polícia Civil, no segmento da segurança da comunidade do Distrito Federal – a gente que acompanha bem essas coisas sabe bem – não vemos nada que venha ferir a moral, a ética dessas corporações.

Está inseguro? Está acontecendo algum problema? Está. Mas nós jamais podemos transferir a responsabilidade para esses trabalhadores, para esses homens de bem, que dedicam suas vidas, que estão à disposição do povo do Distrito Federal, que colocam a sua vida, a vida da sua família em risco para nos dar segurança. Em Samambaia mesmo, no ano passado, eu me lembro muito bem de que eu fui ao velório de um cidadão da Polícia Militar que havia feito a prisão de um cidadão havia dois meses e o cidadão descobriu onde ele morava e quando ele estava saindo de casa, teve o carro fuzilado, quase levando a óbito não só o policial, mas a família quase toda.

Tantos já perderam a vida por trabalharem na Polícia militar ou na Polícia Civil. A senhora está trazendo aqui o pronunciamento mais equilibrado da tarde de hoje. Nós que somos representantes da comunidade do Distrito Federal temos aqui a nossa responsabilidade. Nós não podemos, não devemos e não vamos aceitar que transfiram isso para as nossas forças da Polícia Civil, da Polícia Militar. Tem um problema? Tem. Onde está a solução? O que nós podemos fazer? Aí, sim, começa a resolver o problema da segurança pública da comunidade de Brasília e de quem vem a nossa capital.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço o aparte do Deputado Olair Francisco.

Só para concluir, Sr. Presidente, hoje, na Associação Comercial, eu falei isso para ele, por isso eu tenho toda tranquilidade de falar isso nesse Plenário. Nós estamos vivendo uma crise, uma crise anunciada. Você imagina que nós demos aumento para 30 categorias e uma categoria que teve um documento assinado sequer foi recebida pelo governador. Sequer foi recebida. Poderia até chegar para a tropa e dizer: "Eu não tenho condições de fazer. Vocês precisam ser parceiros meus. Não tenho condição de fazer agora". Fazer como ele fez com a categoria da saúde à qual prometeu as 20 horas para 2015. Mas é uma programação.

Então, não dá para colocar a população contra a tropa, senão, sabe o que vai acontecer aqui? Vai virar uma guerra civil, Deputado Joe, porque a população vai começar a olhar para a tropa como se estivesse olhando para bandido, e não é verdade, Deputado Joe. É uma crise anunciada! Atividade de policial é diferente da atividade nossa, porque o policial está colocando a vida dele em jogo, está colocando a vida dele. Então, eu acho que isso tem que ser tratado com muita seriedade. A população não pode ser refém, mas o policial tem que também ser recebido. Dizem:

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		24

"Ah, são várias associações". As lideranças juntam todas elas. A equipe de inteligência do governo funciona tanto para espionar os parlamentares, todo mundo, para fazer arapongagem em cima dos Parlamentares, por que não funciona para juntar essas lideranças, sentar com elas e fazer uma proposta? Eu acho que é isso: uma proposta clara.

Faz uma semana, Joe, que estamos ouvindo: "Essa crise, essa crise". Se eu fosse governadora, eu tinha atendido essas lideranças pessoalmente. São quinze? São vinte? Vamos lá. É a sociedade que está pagando o preço. Eu diria: "Não tenho condição de fazer agora, mas vou lá bater na porta da Dilma, porque ela é do meu partido. Eu vou bater na porta dela para tentarmos resolver". É uma sensação de que se está fazendo alguma coisa, de que se tentou, de que se movimentou. Eu acho que é isto: pelo menos, tentar. É dessa sinalização que acho que essa tropa precisa verdadeiramente. Não é para cumprir o papel, que eles têm cumprido. Todo dia, Joe, eu saio e converso com um policial. Paro na rua, converso com um, converso com outro. A fala deles geralmente, Joe, é assim: "Deputada, nós estamos sozinhos, nós estamos abandonados."

Acho que esta Casa amanhã vai dar uma demonstração de que eles não estão sozinhos. Nem a sociedade está sozinha. Ela tem a Câmara para representá-la. A Polícia Militar, que virou vilã e não é vilã, também tem a Câmara para representá-la.

Então, eu queria dizer, com muita maturidade aqui nesta tarde, ao Deputado Olair, cuja palavra foi muito sensata, aos nossos amigos aqui da segurança pública e ao Deputado Joe, que é do meu partido, que faz um trabalho exemplar, que tem um projeto do batalhão rural e que tem envolvimento com segurança, que esta Casa amanhã fará um debate. Talvez seja a primeira vez que essas lideranças vão ter o direito de falar aqui, falar aqui neste microfone, para que entendamos o que elas querem e para que escutemos do governo o que pode fazer.

Hoje, Joe, lá na associação comercial, as pessoas falavam assim: "Não adianta falarmos da crise". A comissão amanhã não é para falar da crise. A crise, todo mundo sabe que está aí. Acho que a comissão é para falar de solução, de proposta. Acho que o que uma oposição séria faz é isto: apresenta proposta, traz solução. É como o Deputado Joe tem colocado: é proposição, não é oposição, é proposição. Quem está no meio desse tiroteio aí é a população de Brasília. E há, sim, responsáveis. Não adianta o secretário estar lá sentado. Não é S.Exa. que vai ao governador, à Dilma. É ato do Executivo uma reestruturação salarial, e isso precisa ter, nem que seja uma sinalização.

Hoje não tivemos *quorum* para falarmos sobre a comissão, mas amanhã a comissão vai acontecer de qualquer jeito. Já falei com o Deputado Agaciel sobre isso. Sabemos dos compromissos dos parlamentares, mas eu queria pedir a todos que amanhã estejam presentes, porque esse debate é de todos nós. Muito obrigada.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		25

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada Celina, só para reforçar, contribuir com o que foi dito por V.Exa. e pelo Deputado Olair Francisco, a prova de que a responsabilidade pelo que está acontecendo com a segurança pública não é desses policiais é o que está acontecendo no Brasil. Há outras unidades da federação onde a Polícia Militar e a Polícia Civil não estão em nenhum outro tipo de operação, reivindicação, e a violência tomou conta. Os fatores são outros.

Agora, aqui no Distrito Federal, apesar da Operação Tartaruga ou da greve dos policiais trazer transtorno à sociedade, a sociedade tem que agradecer, porque aqui os policiais reivindicam melhores salários porque vivem deles, dependem dos seus salários para viver. Quando a polícia não reclama que o salário está baixo, aí, sim, a população tem que reclamar. É porque está buscando de outras fontes que não as fontes legais. Então, temos que ficar atentos a isso. Policial civil, policial militar, policial federal, qualquer outro policial, como bem disse V.Exa., têm como instrumento de trabalho a própria vida. É a vida deles que eles colocam em risco. Têm que ser tratados como tal.

Fico muito triste quando alguém da imprensa diz: “Ah, o inicial de um policial militar é quatro mil reais”. Será que alguém da imprensa tem coragem de ter um salário de 4 mil reais para ir à Ceilândia trocar tiros com bandidos? Quantos que estão aqui terão coragem de fazer isso? Não é só da imprensa, não, mas de qualquer outro segmento. Por quatro mil reais, deixar a família desamparada, quatro ou cinco filhos sem pai ou sem mãe? Quantos companheiros nossos perderam a vida e, às vezes, sequer têm o reconhecimento do Estado, sequer têm indenização do Estado. Muitas vezes, eles ainda têm o salário cortado, porque hoje ainda se corta o do pensionista, há o percentual de corte. Então, essa é a indenização que o policial ou a família do policial recebe quando ele perde sua vida. Então, é assim que o Estado trata seus servidores.

Volto a dizer que temos que ter outra ótica para as reivindicações dos policiais. Eles estão reivindicando é por que, do salário, eles dependem. Eu espero que Brasília continue dessa forma, que nós, policiais, continuemos brigando por melhores salários, porque é dele que nós vivemos.

Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós aprovamos um projeto com relação ao transporte em que o Governo ia pagar a indenização dos trabalhadores das empresas de transporte público do Distrito Federal que perderam a licitação. Se não tivéssemos aprovado aquele projeto, se não pagássemos os trabalhadores, isso iria trazer vários e vários problemas. Correto?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		26

Eu gostaria de solicitar a V.Exa. que determinasse à Mesa que buscasse as informações. Eu recebi uma denúncia em nosso gabinete sobre as pessoas que também trabalhavam no mesmo segmento, na mesma empresa que não eram motoristas, que trabalhavam na parte da gerência ou na parte de... Vamos dar um exemplo: os ônibus vêm aqui para a rodoviária, e lá fica uma pessoa trabalhando para verificar se os ônibus chegaram, se os ônibus estão saindo etc. Essas pessoas não estão sendo indenizadas. E lá há trabalhadores de 10, 15, 20 anos, cujas rescisões foram feitas totalmente fora da lei.

Não sei se V.Exa. sabe, mas quem tem acima de 20 anos de empresa tem o direito de receber o aviso prévio durante três vezes devido ao tempo de trabalho. É uma nova lei que saiu aí. Não sei se V.Exa. sabe. Mas o mais importante da denúncia é que essas pessoas que não são motoristas, que não são cobradores, que trabalham na gestão da empresa, que são do mesmo segmento, que também perderam seus postos de trabalho não estão sendo beneficiados pela lei que aprovamos aqui. As empresas estão se negando a fazer esse acordo. Quando fazem, elas fazem totalmente fora da lei.

Aprovamos uma lei para resolver o problema de quem trabalhava no transporte público do Distrito Federal, autorizamos o Governo a fazer o pagamento. Eu não acredito que votamos uma lei para pagar A e B e C ficar de fora. Não fazemos uma lei diferencial. A lei é para todos.

Eu tenho a denúncia em nosso gabinete. Então, eu gostaria que V.Exa. determinasse, como membro da Mesa, como Presidente, que fôssemos atrás das informações, para ficarmos sabendo o que está acontecendo, para tomarmos as devidas providências.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Olair Francisco. Vamos tomar as devidas providências, encaminhar à Mesa para que todos os esforços sejam eivados no sentido de tentarmos solucionar o problema, que, de fato, é muito grave. Portanto, vamos fazer o que tiver de ser feito, até porque é obrigação desta Casa apurar isso.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT) Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros que estão ouvindo nos gabinetes os pronunciamentos.

Realmente, ontem nós ficamos aqui, Deputado Wellington Luiz, até mais de 7h da noite num debate interessante, extremamente importante sobre essa crise instalada. Há o reconhecimento de que há uma crise. Existe uma crise e todo mundo sabe disso. Quem estiver falando que não existe, ou não mora em Brasília, ou não

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		27

pertence à nossa sociedade. Existe uma crise instalada e séria, mas uma crise cíclica que acontece, como conversei ontem, várias vezes. Tivemos até troca de tiros entre policiais militares e civis, em um determinado momento, uma situação muito parecida nesse processo.

Quero falar da minha companheira de partido, Deputada Celina Leão, que teve a iniciativa de realizar esta importante Comissão Geral para amanhã e compartilhou isso ontem, com todos os Deputados de segurança que estavam aqui. Quero também dizer que aqui, hoje, ouvi o discurso do Deputado Agaciel Maia. Ouvi, ontem, o Deputado Patrício e o Deputado Dr. Michel, com bastante conhecimento de causa, e percebi claramente, sendo na questão orçamentária... Hoje, o Deputado Agaciel Maia mostrou como fazer o processo de remanejamento; ele, que foi Presidente da CEOF, uma pessoa ligada a esse processo. Ontem, o Deputado Patrício deu uma aula de como fazer a segurança na PM, aqui no Distrito Federal. S.Exa. falou: "Olha, acaba com os quartéis dessa forma, centraliza dali, volta de cá". O Deputado Dr. Michel falou o que achava que deveria se fazer na rua com os bandidos, como V.Exa. também disse.

Então, tenho certeza absoluta de que temos capital intelectual para ajudar muito na resolução dessa crise, seja para fazer essa articulação que já está sendo feita – e, aí, independentemente de Situação ou Oposição –, seja para fazermos um debate aprofundado e sério sobre segurança pública, nesta Casa, para que possamos, de uma vez por todas, colocar à disposição da população do Distrito Federal um plano de segurança pública para o Distrito Federal, um plano de longo prazo, que não existe e nunca existiu. Os governos não pensam no longo prazo, mas a Casa Legislativa, representando as pessoas, pode fazer isso, até porque tem capital intelectual, tem capital de conhecimento prático aqui dentro que pode fazer essa grande diferença para a nossa Capital, para a nossa cidade.

Então, acredito que amanhã, a Comissão Geral – e a Deputada Celina Leão, inclusive, deu abertura para todos os Deputados assinarem. O Deputado Patrício havia apresentado também um requerimento –, será o primeiro momento dessa discussão. Que amanhã consigamos resolver, pontualmente, o processo dessa articulação, e que possamos, já na semana que vem, voltar a conversar sobre isso, montando um seminário e chamando todas essas lideranças.

Tenho certeza absoluta de que as lideranças da Polícia Militar, as lideranças da Polícia Civil, o que eles querem é resolver o problema da segurança, porque, como disse o senhor, há pouco, eles vivem colocando sua vida em risco, todos os dias. Só sabe o que é colocar a vida em risco quem a coloca, quem vai para a rua e está vendo esse processo acontecer.

Vejo que a solução está posta. É claro que é um problema de gestão pública, e tenho alertado para isso. Em todos os momentos, desde 2011, falo desse processo de gestão, faço sugestões, trabalhamos nesse processo.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		28

Não existe plano de longo prazo em nenhuma instituição pública. Vou falar na instituição pública federal, com a qual tenho uma ligação enorme, porque é minha área e eu a conheço, que é a agricultura. No Ministério da Agricultura, o último planejamento estratégico no país do agronegócio foi em 1975. Imaginem, então, o resto como é que funciona. A gente está vendo aí essas crises anunciadas acontecendo e a violência no Distrito Federal explodindo.

Como falei ontem, se você não tratar a causa desse processo... vamos fazer esse enfrentamento agora com Oposição – Situação, Oposição, povo, ou sem povo –, mas ano que vem vamos começar tudo de novo. E depois do ano que vem, tudo de novo. E as crises, que eram em ciclos mais longos, vão encurtando seus ciclos e acontecendo mais amiúde. Mais frequentes serão as crises, porque o processo do cidadão nesse mundo de consumo em que estamos, nessa sociedade que temos, sem o equipamento público necessário, sem a gestão adequada, leva-o, realmente, a esses caminhos tortuosos do crime. E as nossas crianças, que não nascem criminosas, não nascem bandidas, tornam-se bandidas, pela má influência de onde vivem, pela falta de equipamento público, pela falta de política pública e pela falta de oportunidade.

Nesse momento, em todo o país, na forma em que vivemos na nossa sociedade de consumo, nesse modelo em que a renda aumentou e não existe plano para o futuro, plano de longo prazo, a velocidade de transformação dos nossos meninos e, sem a atenção adequada, em bandidos é muito maior e sempre será do que a capacidade de as polícias se prepararem para esse enfrentamento.

Então, precisamos, sim, o Deputado Dr. Michel, o Deputado Patrício, V. Exa. que falou sobre isso ontem, fazer esse enfrentamento pontual e agora, urgente. Amanhã começa, e acho que todos os Deputados têm de estar aqui, nesta Comissão Geral, de tão importante que ela é. Que todos os líderes da polícia que tenham suas sugestões, das polícias ao cidadão, que está aí, acuado, dentro de casa pela sensação de insegurança... É uma sensação de insegurança que não reflete nem o que realmente está acontecendo, porque esse aumento... Não importamos bandidos. Eles estavam e estão aqui. Não aumentou em 50% o número de bandidos aqui, mas a sensação de insegurança é gigante, e ela é pior muitas vezes do que a própria insegurança instalada pelos meios físicos que temos.

Então, estarei aqui e acho que todos os Deputados devem estar aqui, especialmente os da bancada da segurança nesta Câmara Legislativa, que, como já falei, são 9, se não me engano, a fim de que possamos ajudar a resolver essa crise em relação à sociedade e, mais do que isso, começar um trabalho muito sério para discutir uma boa política de segurança pública de longo prazo para o Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		29

Falamos, ontem, que são diversos os fatores que influenciam esse resultado caótico que temos. Volto a falar – bato muito nesta tecla – na questão da impunidade, Deputado Patrício. Ontem, comentamos um caso que vivenciei, de um sequestrador, em que a prática dele é justamente a tortura psicológica. Quando investigado, quando levado à polícia, reclamou que estava sendo torturado psicologicamente, porque havia uma pressão para que ele dissesse onde estavam os demais sequestradores. Então, ele, sequestrador, vai à justiça denunciar o policial por tortura psicológica, quando o que ele fez no cativeiro foi torturar exatamente as suas vítimas. E mais: se os nossos policiais não tivessem bons advogados, seriam punidos, inclusive com a perda da função, porque a tortura, os senhores sabem, é extremamente grave. A Lei nº 4.878 é de 1965 e nos coloca fora da nossa atividade policial, inclusive deixando a nossa família desamparada. Então, há uma inversão total de valores.

Concedo a palavra ao Deputado Patrício.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, sei que o plenário está vazio, mas vim aqui para me manifestar sobre uma questão. Não vou entrar agora no debate sobre a segurança pública, sobre a crise que vive o Distrito Federal, Deputado Olair Francisco, Deputada Celina Leão, Deputado Joe Valle, até porque ouvi atentamente os discursos de todos os Deputados, ontem fizemos várias intervenções, e todos os Deputados, nas suas falas, contemplaram, de alguma forma, é claro, todos os profissionais.

Vou apenas lembrar uma questão de que falei ontem: eu não fujo do debate, de nenhum tipo de debate. Não tenho medo de nenhuma discussão, não tenho o rabo preso com ninguém nem vou ter. Sigo o meu mandato da forma que sempre segui. Portanto, tenho muita tranquilidade, Deputado Olair Francisco. V. Exa. sabe disso, pois trabalhou comigo na Mesa Diretora da Câmara Legislativa e viu como agíamos, contrariando, inclusive, interesses de vários parlamentares. Mas era o que a sociedade queria. Acabamos com o 14º e com o 15º, instituímos o Ficha Limpa, por meio de um projeto de autoria de V.Exa., que foi o PELO nº 01, e também pusemos fim ao nepotismo na Câmara Legislativa. Alguns Deputados não tiveram coragem de exonerar os parentes, mas baixamos um ato e exoneramos todo mundo em trinta dias, após várias reuniões.

Mas não foi por esse fato que vim aqui. Amanhã, teremos uma Comissão Geral, de autoria de vários Deputados, que foi sugerida pela Deputada Celina Leão. Quero pedir às pessoas e a todos os Parlamentares e lideranças que vierem amanhã que tenhamos um foco: construir soluções. Não é fazer palco político, nem debate ideológico. Como eu disse ontem, existe uma crise instalada de desgoverno, de anos e anos. Não é culpa só desse governo. É culpa dos governantes anteriores também. São “n” causas. A violência não é o único fator. Não é só em função da falta de efetivo, da falta de preparo ou de salário. É uma questão social e atinge não só o DF como a humanidade toda. É bom que pensemos nisso. É uma questão de perda de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		30

valores e também de perda da referência das famílias. Uma série de questões levam à onda de violência e à insegurança pública. É bom que a gente tenha isso em mente.

É preciso ter responsabilidade quando se faz o debate. Por isso eu vim aqui e coloquei que existe um culpado: o Secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, a "rainha da Inglaterra". Parece que ele se envolveu numa bolha, mas numa bolha tão grande... Primeiro, ele disse que não havia operação tartaruga, depois disse que não havia insatisfação, depois ele diz que é a favor de um reajuste, depois ele não quer falar. Ontem, depois das intervenções dos parlamentares aqui e dos índices de violência subindo... Eu vou propor amanhã aqui para ele: que ao invés de secretário de segurança, ele seja contador, porque ele vem omitindo os dados da segurança pública, maquiando os números e diminuindo. Agora os números estão aí. Se não tivesse tido a crise que houve em janeiro, talvez ele saísse para campanha bem, pronto para uma eleição talvez. Ninguém ganha uma eleição... Eu quero deixar claro aos companheiros da base e da oposição, seja quem for que pleiteie qualquer cargo: ninguém ganhou nem perdeu eleição ainda. Aliás, o jogo nem começou. Tem muita gente achando que é candidato e não vai ser. Olha, eu não sou profeta: tem muita gente achando que vai ser candidato e não vai ser.

Eu assumi o cargo de corregedor da Câmara no ano passado, V.Exa. lembra disso, houve um embate aqui no plenário, Deputado Wellington Luiz. E nós não tínhamos a previsão de Deputados cassados. Nós tivemos um Deputado que foi cassado por 18 votos aqui no plenário. Nós temos um processo em andamento. Querendo ou não, isso será julgado por este Plenário no início do mês de março deste ano. Nós podemos ter mais casos chegando à Câmara.

As polícias estão trabalhando, o Ministério Público está trabalhando. A Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal não pararam de trabalhar. Eu vou continuar defendendo: quem cometer algum erro que pague pelo seu erro. Aqui não tenho acordo com governador, com o governo, com nenhum Deputado. O que chegar às minhas mãos como corregedor, eu vou agir à luz da justiça, como eu agia como policial na rua, do mesmo jeito, para poder olhar no olho de cada um.

O debate da segurança pública tem que ser feito com razão. O Secretário ontem, depois das intervenções, praticamente fez uma intervenção na Polícia Militar, uma ação da ditadura que ele baixou na Polícia Militar. Levou para lá uma assessora de comunicação que era da Secretaria de Segurança Pública, cujo esposo era também assessor de imprensa de comunicação do GDF. Tiraram os policiais que cuidavam da comunicação social da Polícia Militar, que não são responsáveis pela crise e conhecem bem a situação, e colocou essa senhora. Eu não vou falar o seu nome em respeito a ela e ao seu esposo, não precisamos disso, mas quem quiser pode olhar. Ela assumiu a coordenação de comunicação da Polícia Militar e agora só passa informação para a imprensa por escrito, seja da Polícia Militar, seja do CIAD –

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		31

Centro Integrado de Atendimento e Despacho, talvez para esconder os números. Que todos saibam disso.

Uma coisa é fato, Deputado Olair Francisco: existe uma sensação de insegurança na cidade. E não é com a “rainha da Inglaterra”, escondendo números, que a sensação de segurança voltará. É bom que a “rainha da Inglaterra” se levante da cadeira e deixe de ir, Deputada Celina Leão, aos debates, às audiências. Amanhã, para ser bem honesto com V.Exa., nós vamos fazer debate aqui, vamos apresentar soluções, sugestões, propostas, mas isso não significa que a situação estará resolvida. É mais um debate, mais uma proposta. E tem que haver debates, propostas, porque todo mundo tem a contribuir. É bom que isso fique claro.

Nós teremos momentos de encaminhamento no Governo Federal. Eu hoje falei com os três senadores de Brasília e com os oito Deputados daqui. Nós precisamos nos articular no Congresso Nacional. Nós precisamos nos articular para a aprovação não só do plano de reestruturação dos policiais e bombeiros militares, mas também de ações da segurança pública que não dependem só do Governo do DF e de projetos da Câmara Legislativa, que dependem do Congresso Nacional.

Então, é preciso que cada Parlamentar, que já compõe um partido, uma bancada, faça a interlocução e a articulação junto com os companheiros do Congresso. Eu estou em contato com os deputados e senadores também no Governo Federal e estou todos os dias falando com o governador. Falei hoje pela manhã com o governador, com o Secretário Wilmar Lacerda, com vários secretários e continuarei articulando para que encontremos uma saída. Os companheiros podem ter certeza de que encontraremos uma saída.

Deputada Celina Leão, para ficar muito claro, às vezes, uma pessoa chega junto a V.Exa. e não fala a verdade, e, é claro, V.Exa. reproduz uma coisa que lhe disseram. Eu ouvi também a intervenção, Deputado Joe Valle, do Deputado Agaciel Maia. Não irei aqui jogar para a plateia. Eu sou oriundo de uma categoria, sou ex-cabo da Polícia Militar. Fui anistiado pelo presidente Lula, mas não pedi favor a ele. Aliás, o ex-Governador Joaquim Roriz — acabei de falar com a filha dele, Deputada Jaqueline, estávamos ao telefone, pois estou articulando no Congresso — propôs uma anistia e eu não aceitei. O ex-Governador Arruda me propôs anistia e também não aceitei. Eu não devo favor a ninguém. Não tenho rabo preso com ninguém. Articulei um projeto de lei com um senador da República que foi aprovado por unanimidade quando o Senador Renan era Presidente do Senado. Depois, articulei com o hoje Vice-Presidente da República, que era Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Fui lá como deputado, conversei, articulei e fui anistiado pelo Congresso. Depois, quando os comandantes das PMs do Brasil inteiro e os ministros das Forças Armadas, Deputado Joe Valle, quiseram que o presidente Lula vetasse, fui lá junto com a Senadora Ideli e articulamos com o Presidente, que o sancionou.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		32

Isso desde o dia 13 de janeiro de 2010. Alguns aqui podem não saber, mas eu tinha seis anos de condenação para cumprir, sem benefício, na Papuda quando terminasse o meu mandato. Seria ficha suja e não poderia ser candidato à reeleição. A Justiça Militar prevê que os companheiros que lideraram o movimento responderão, com certeza, a Inquérito Policial Militar e precisarão da ajuda dos companheiros do Congresso Nacional para terem uma anistia com a aprovação de um projeto, porque a legislação continua a mesma. É bom que as pessoas saibam disso. Eu articulei e depois o Presidente Lula sancionou, mas eu não voltei ainda Deputada Celina Leão, Deputado Olair Francisco, Deputado Joe Valle, Deputado Wellington Luiz. Eu ainda não voltei para a Polícia Militar. Este ano é o prazo para que eu volte. Isso também para o ex-sargento Godinho, que foi preso e expulso. Ficamos presos durante 131 dias na Papuda. Após a anistia, quando voltarmos, estaremos no mesmo cargo na Polícia Militar e seremos reformados. Quem disse que eu voltei como capitão está mentindo. Não tenho medo de fazer o debate. Volto como cabo e não me envergonho, a minha farda está pendurada no meu gabinete. Como eu disse, Deputada Celina Leão, eu não jogo para a plateia, eu não faço isso. Eu faço política com responsabilidade. Eu sei o tamanho da minha responsabilidade.

Deputado Joe Valle, passei dois anos apanhando dia e noite nas redes sociais e estou muito tranquilo. O resultado para a categoria virá na hora certa, mas com ações concretas, com responsabilidade. Durante dois anos, sentado nessa cadeira aí, Deputado Wellington Luiz – o Deputado Joe Valle e o Deputado Olair Francisco eram membros da Mesa –, nós organizamos as finanças da Câmara. V.Exas. não puderam contratar servidores da estrutura durante cinco meses e servidores de gabinete durante três meses. V.Exas. sabem a pressão que eu sofri por não nomear, mas é a responsabilidade de gestor. Equilibramos as contas e garantimos ao governo a estabilidade econômica e política de que ele precisava. Mas não só isso, garantimos ao Plenário desta Casa nos dois anos a mudança de uma cultura na aprovação de projetos que agora passarão por todas as comissões, para evitar vício da inconstitucionalidade. Aprovamos projetos, Deputado Joe Valle, que nunca na história desta Capital haviam sido aprovados, como o Plano Diretor de Transporte Urbano e o pacote da saúde, que possibilitou mais de doze mil contratações na saúde, Deputado Olair Francisco. Isso foi fruto da nossa gestão, nossa. Isso para dizer que existe o diálogo sim com as lideranças do movimento. É bom deixar isso claro aqui.

O Governador Agnelo Queiroz sentou-se à mesa em Águas Claras duas vezes como os líderes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Numa das vezes eu estava presente. Está no YouTube e nas redes, quem quiser acesse a internet e poderá ver. Depois, houve uma reunião com o Secretário de Administração, Deputado Joe Valle. A última, como eu disse anteontem, foi com o comandante da PM e dos Bombeiros.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		33

O problema é que não adianta chegar e dizer que se quer uma reestruturação ou uma instituição de cargos e salários para os policiais militares. É preciso apresentar uma proposta, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. sabe disso, para a sociedade. É isso que amanhã essa comissão tem que fazer aqui. A proposta de reestruturação de cargos e salários eu já apresentei para o governador. Até os impactos financeiros já foram feitos. Estou na fase de articulação no Congresso Nacional e no Governo Federal para que seja aprovada.

Para a sociedade, nós temos de fazer aqui amanhã. E já demos alguns caminhos. V.Exa. disse ontem, já disse hoje, Deputado Joe Valle, Deputada Celina Leão já falou, Deputado Agaciel Maia, Deputado Olair Francisco, todos os Deputados já disseram aqui alguma coisa que pode ser feita, mas não adianta apresentarmos propostas amanhã se a rainha da Inglaterra não quiser implementar. Aqui é o Poder Legislativo. Lá é o Poder Executivo. Sentou na cadeira, tem que assumir que é gestor. E gestor, candidato ou não, igual aqui, tem que fazer o que tem que ser feito, contrarie ou não interesses. É isso. Tem que gerenciar. V.Exa. sabe disso. Gerencia bem a Malunga. Eu fui lá visitar. V.Exa. sabe disso. É preciso ser gestor.

Por que nós não temos para os companheiros da PM um plano de cargos e salários digno, uma carreira para praças na PM e no Corpo de Bombeiros? Porque os gestores são coronéis e não querem abrir mão. E estou com todo respeito ao Coronel Leão e vim aqui para falar por causa das mensagens que ele mandou e porque me ligou. Tenho todo respeito com Coronel Leão e com todos os coronéis da PM. Aliás, com todos os oficiais. Eu já vi Parlamentar nesta Casa passar por aqui, depois ir para eventos sociais e tomar uísque com coronéis. Eu nunca fui. Não vou. Eu sei que tenho que sentar à mesa com qualquer um e respeito como autoridade, mas eu sei quem são meus amigos. Sei quem são meus amigos, quem frequenta a minha casa, o meu gabinete, quem anda comigo. Eu sei quem são cada um. Nós não temos porque os gestores foram irresponsáveis ao longo dos anos. E não dá para dizer que não foram, porque nunca apresentaram um plano de cargos e salários para os praças da Polícia Militar e nenhuma proposta de reestruturação. Nunca apresentaram!

Por que a revolta desde ontem, Deputado Wellington Luiz, quando eu fiz o discurso? Porque, no artigo primeiro da proposta de reestruturação, Deputado Joe Valle, diz que o comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros tem que ser de alguém que começou como soldado, que passou por todos os níveis da instituição para chegar a comandante-geral. E aí vai ter que ser alguém que é oficial administrativo e não alguém que entrou diretamente como oficial, o ciclo completo, a entrada única, a porta única na PM e no Corpo de Bombeiros, se quiser que funcione. Até que a gente unifique, Deputado Wellington Luiz, com a Polícia Civil e desmilitarize. A função de policial e bombeiro tem que ser eminentemente civil. Nós não estamos em uma ditadura. E quantos anos nós já discutimos isso? Isso todo mundo já conhece e já sabe. O que falta, Deputado Joe Valle, depois da discussão

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		34

de todos aqui, das propostas da Deputada Celina Leão, seja na área comercial, seja no Congresso Nacional ontem ou aqui, é que o gestor sente e aplica. Tem que fazer, mas tem que ter coragem de fazer. É isso. É a coragem de ser gestor público, de responder pelos seus atos e de pensar na sociedade como um todo. São vidas que estão em jogo. São vidas de seres humanos e não dá para brincar.

Então, é preciso que cada um assuma o seu papel, e que a “rainha da Inglaterra”, em vez de omitir número ou maquiar, como fez durante dois anos, agora apresente a realidade dos números e não faça uma intervenção como fez na Coordenação de Comunicação Social da Polícia Militar. É isso que ele não pode fazer. Tomara que aqui amanhã ele explique o porquê disso. Porque a imprensa hoje tentou ter acesso e não conseguia ter acesso aos números reais do CIADE – Centro Integrado de Atendimento e Despacho – nem da Polícia Militar.

Nós temos os melhores profissionais do País, Deputado Olair Francisco. São os melhores, mais preparados e qualificados. Nós brigamos. E aí lutamos contra o Deputado Fraga, na época, para instituir o ingresso por curso superior. Depois brigamos para que os companheiros que estão na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros pudessem fazer TecSop – Tecnologia em Segurança e Ordem Pública, que é o curso superior. A nossa proposta prevê a carreira única, a independência de vaga, porque nós queremos que seja feita uma coisa de fato, que resolva o problema, e não uma solução paliativa, como eu disse ontem aqui. Eu não estou aqui para brincar nem fazer graça com ninguém, nem mesmo com os companheiros da PM e do Corpo de Bombeiros. Nunca fiz nem vou fazer. Olho no olho e enfrento como sempre fiz, como fiz com os meus companheiros que são meus pares aqui na Câmara Legislativa. É assim que eu vou continuar.

No dia em que eu sentar na cadeira de governador, eu não vou ter rabo preso com nenhum Deputado aqui, com ninguém da imprensa e de lugar nenhum. Falei isso para o ex-Governador Roriz e para o ex-Governador Arruda. E já falei para o Governador Agnelo. No dia em que eu sentar naquela cadeira, eu só servirei a um Senhor: a Deus. Eu não sirvo a Deus e ao diabo. Eu vou ser justo e, para ser justo, não pode ter rabo preso quem está na vida pública. Quem está na vida pública tem que assumir que sua vida tem que ficar exposta o tempo inteiro. O tempo inteiro! Então, não existe aqui meio ético nem meio honesto. Ou se é ético ou se é honesto. Tem que ser ético e honesto, pela metade não dá para ser. Não dá para ter um discurso e a prática ser outra.

É bom os companheiros entenderem que nós vamos ter surpresa aqui na Câmara. Tem muita gente que o discurso não vai ser a mesma coisa da prática. Olha que eu não sou profeta, mas é bom saber que coisas vão acontecer, eu quero ver gente que fez um discurso ter que se justificar na prática. Eu quero ver.

Como corregedor, eu vou agir à luz da justiça, seguindo o Regimento Interno, a Constituição e a Lei Orgânica do Distrito Federal. Eu não vou fazer caça às

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		35

bruxas. Nunca fiz. Nem fazer palanque nas costas dos meus companheiros, dos meus parceiros. Isso, não. Vou fazer o que tem que ser feito de acordo com a lei, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. foi policial civil e sabe o tanto que a gente enfrenta de dificuldade, mas a lei está aí para ser cumprida. E o legislador que somos nós, quando fazemos a lei, fazemos para ser cumprida. Não dá para fazer a lei para o cidadão comum cumprir, e a gente não cumprir. Era isto o que eu tinha para dizer aos Parlamentares aqui: que não façamos palanque eleitoral, não façamos disputa em cima das pessoas e usando a vida das pessoas. Que deixemos o palanque eleitoral e a disputa política para o momento oportuno, para a hora certa. Até porque quem for candidato a o quê – tem muita gente aqui que talvez nem seja candidato a nada – vai poder olhar no olho de cada um, fazer sua intervenção, pedir o seu voto, mostrar que é ético e honesto e merece o voto da sociedade.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Patrício.

Está provado, Deputado Patrício, solução existe, falta boa vontade, falta implementar aquilo que a gente sabe que é necessário.

Amanhã teremos uma grande oportunidade, inclusive, de separar o joio do trigo, aqueles que realmente têm compromisso daqueles que querem usar a desgraça alheia para fazer politicagem. Quem tem compromisso, amanhã, independente de convite ou convocação, virá aqui e vai tratar essa matéria com a seriedade de que ela necessita.

Mais uma vez, aproveito para pedir apoio aos Deputados que estão presentes e também aos que estão em seus gabinetes, e àqueles que por ora não estão na Casa, com relação a mais um difícil momento em que vivem os condomínios. Quero agradecer a presença da Junia, Presidente da UNICA/DF – União dos Condomínios e Associações de Moradores no Distrito Federal, que nos traz aqui e vai levar a cada gabinete – ela já me disse estar à disposição – o pedido desesperado dos moradores, que mais uma vez são perseguidos por uma ação judiciária que determina a derrubadas de muros. É preciso, já que a lei caiu, que tenhamos um instrumento que possa manter os muros e guaritas em parcelamentos em processo de regularização. Saída tem, a exemplo da segurança pública. Não tenha dúvida, Junia, solução para isso aqui tem. O que tem que haver é seriedade, tratar isso com seriedade e com a urgência que o caso requer.

É importante que esta Casa mais uma vez se manifeste. Essa é uma ação que tem que partir do Poder Executivo. Vou pedir ao Willemann, coordenador-chefe parlamentar, que leve ao governador mais esse anseio desesperado de vocês, porque, em meio a uma discussão de segurança, a gente tornar esses moradores mais inseguros ainda é, no mínimo, uma aberração da nossa parte. Temos que, de fato, buscar uma saída a curto prazo, porque o prazo é muito curto e sabemos o que

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
05 02 2014		15h25min.	2ª SESSÃO ORDINÁRIA		36

vai acontecer no condomínio Villages nos próximos dias se o Governo do Distrito Federal e esta Casa não tratar essa matéria com a seriedade e importância de que ela precisa.

Portanto, tem o nosso compromisso, Junia. Parabéns pelo trabalho que você tem exercido. Sei que você não tem dormido nem almoçado, como hoje quando nós conversamos. Mas não tenha dúvida, eu acho que não existe, você me falou que duvida que tenha um Deputado que seja contrário a essa causa de vocês, eu também duvido, viu, Junia. Acho que todos esses Parlamentares têm compromisso, sim, porque é uma causa nobre e justa. Então, vamos fazer com que ela seja implementada. Falo aqui em meu nome, mas acho que posso falar em nome de todos os Parlamentares porque essa causa é nossa. Vamos adotar as devidas providências.

Já recebi a sua documentação. Você me disse que vai encaminhá-la também a todos os Deputados, gabinete por gabinete, para que possa contar com o apoio deles no convencimento do Governador, para que S.Exa. edite uma norma que possa imediatamente trazer uma solução e tranquilidade para esses moradores. Muito obrigado, Junia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h30min.)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 3ª
(TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 6 DE FEVEREIRO DE 2014**

SÚMULA

L I D O
Em, 11/02/14

Assessoria de Plenário

PRESIDÊNCIA: Deputado Agaciel Maia**SECRETARIA:** Deputado Joe Valle**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal**INÍCIO:** 15 horas e 47 minutos**TÉRMINO:** 15 horas e 51 minutos**PRESENÇA** – Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|---------------------------------|--------------------------------------|
| • Deputado Agaciel Maia – PTC | • Deputada Luzia de Paula – PEN |
| • Deputada Arlete Sampaio – PT | • Deputado Olair Francisco – PTdoB |
| • Deputado Aylton Gomes – PR | • Deputado Patrício – PT |
| • Deputada Celina Leão – PDT | • Deputado Prof. Israel Batista – PV |
| • Deputado Chico Leite – PT | • Deputado Robério Negreiros – PMDB |
| • Deputado Chico Vigilante – PT | • Deputado Rôney Nemer – PMDB |
| • Deputado Dr. Michel – PP | • Deputado Washington Mesquita – PTB |
| • Deputada Eliana Pedrosa – PPS | • Deputado Wellington Luiz – PMDB |
| • Deputado Joe Valle – PDT | |

Obs.: O Deputado Cláudio Abrantes – PT encontra-se em viagem autorizada pelo Ato do Presidente nº 39/2014.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Agaciel Maia):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

ATA SUCINTA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 6 DE FEVEREIRO DE 2014

Revisora: Supervisora: Chefe do Setor: (1/A/SN)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

2

1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas das 1ª e 2ª Sessões Ordinárias.

1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE

- **Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 66, de 2014**, do Deputado Wellington Luiz.
- **Projetos de Decreto Legislativo nºs 247 e 248, de 2014**, da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Indicação nº 14.622, de 2014**, do Deputado Prof. Israel Batista.
- **Indicações nºs 14.623 a 14.625, de 2014**, do Deputado Agaciel Maia.
- **Indicações nºs 14.626 a 14.639, de 2014**, da Deputada Luzia de Paula.
- **Indicações nºs 14.640 a 14.901, de 2014**, do Deputado Olair Francisco.
- **Requerimento nº 3.043, de 2014**, do Deputado Wellington Luiz.
- **Requerimento nº 3.044, de 2014**, da Deputada Celina Leão e outros.
- **Requerimento nº 3.045, de 2014**, do Deputado Wellington Luiz.

Obs.: O expediente lido está anexo à ata.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Agaciel Maia):

– Em decorrência da falta de *quorum* para deliberação acerca do pedido de transformação desta sessão ordinária em comissão geral, o Presidente decide encerrar a presente sessão e, em atendimento à questão de ordem da Deputada Celina Leão, autoriza o uso do plenário para debate sobre a segurança pública do Distrito Federal, ressalvando que o registro dos pronunciamentos restringir-se-á à gravação do áudio.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Agaciel Maia):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

**Expediente lido na 3ª Sessão Ordinária,
em 6 de fevereiro de 2014**

ATA SUCINTA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 6 DE FEVEREIRO DE 2014

Revisora: Inez Supervisora: Donato Chefe do Setor: MB (I/A/SN)



> SETAS - 000003 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado Wellington Luiz – PMDBL I D O
Em 06/02/14
Assessora de PlenárioPROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA nº
(Do Sr. Deputado Wellington Luiz)

de 2014

PELO 66 /2014

Altera o inciso VIII e acrescenta o parágrafo
único ao art.100 da Lei Orgânica do Distrito
Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

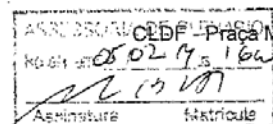
Art.1º O inciso VIII do art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal passa a
vigorar com a seguinte redação:

“Art. 100 ...

VIII. Nomear, na forma da Lei, os Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do
Corpo de Bombeiros Militar, bem como o Diretor da Polícia Civil, observado o
parágrafo único deste artigo;”Art. 2º Acrescente-se ao art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o
parágrafo único, com a seguinte redação:“Parágrafo único. A nomeação do Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito
Federal dar-se-á por indicação em lista tríplice, elaborada pelos Delegados de
Polícia e Policiais Cíveis do Distrito Federal.”

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de
todos, e exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das
pessoas e do patrimônio.A Administração pública, direta e indireta de qualquer dos poderes, da
União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá os princípios da
legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.O princípio da moralidade administrativa impõe que o administrador
público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes na sua condutaCLDF - Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05 – 3º Andar – Gabinete 11 – CEP 70094-902
Tels: 3348-8110/8116 – fax: 3348-8113
e-mail: dep.wellingtonluiz@cl.df.gov.br
site: www.wellington.com.br



> SETAS - 000004 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado Wellington Luiz – PMDB

e, que a falta de moralidade administrativa pode afetar vários aspectos da atividade administrativa, inclusive, causando prejuízo ao erário,

A administração pública tem por finalidade agir tão somente em busca da promoção do interesse público de forma imparcial, dispensando tratamento igualitário a todos que estejam na mesma situação jurídica.

A escolha do Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, por meio de lista tríplice elaborada pelas categorias de delegado e policiais civis, mostra-se necessária e proporcionará um efetivo exercício da democracia dando maior credibilidade ao Estado.

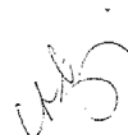
Ao ser empossado, o Diretor escolhido firmará compromisso em bem servir à sociedade e à instituição, trará, além da estabilidade administrativa, benefícios significativos em suas ações com imparcialidade e lisura, distante dos embates políticos.

Em matéria publicada no site do GDF/ASCOM-SEAP no dia 02/01/2012 o Governador do Distrito Federal elencou no item 07 que a escolha do Diretor Geral da Polícia Civil do DF através de lista tríplice "após entendimento com os representantes das categorias policiais civis do DF" seria uma iniciativa inédita no país.

Por estas razões, conclamo aos nobres para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2014.


Wellington Luiz
Deputado Distrital
PMDB



Agaciel Maia – PTC

Arlete Sampaio – PT

Aylton Gomes – PR

Benedito Domingos – PP

CLDF - Praça Municipal, Quadra 02, Lote 05 – 3º Andar – Gabinete 11 – CEP 70094-902

Tels: 3348-8110/8116 – fax: 3348-8113

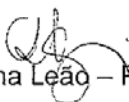
e-mail: dep.wellingtonluiz@cl.df.gov.br

site: www.wellington.com.vc



> SETAS - 000005 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete Deputado Wellington Luiz – PMDB

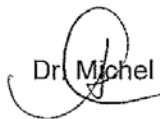

Celina Leão – PDT

Chico Leite – PT

Chico Vigilante – PT

Cláudio Abrantes – PT

Cristiano Araújo – PTB

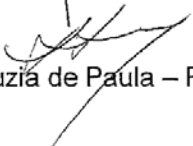

Dr. Michel – PP

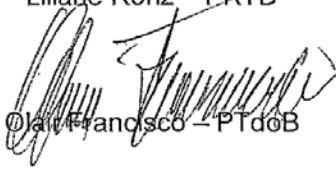
Eliana Pedrosa – PPS

Evandro Garla – PRB


Joe Valle – PDT

Liliane Roriz – PRTB


Luzia de Paula – PEN

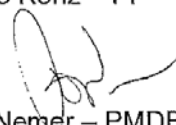

Olavo Francisco – PTdoB

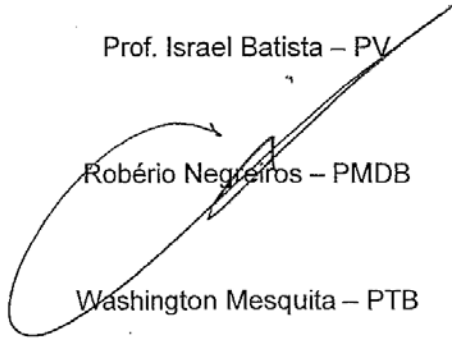
Patrício – PT

Prof. Israel Batista – PV

Paulo Roriz – PP

Robério Negreiros – PMDB


Rôney Nemer – PMDB


Washington Mesquita – PTB

Wasny de Roure – PT





> SETAS - 000006 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa**PDL 247 /2014****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº**
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)L I D O
Em 06/02/14
Assessoria de Plenário**Concede o Título de Cidadão
Honorário de Brasília ao Senhor
Raimundo da Silva Ribeiro Neto.****A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:**

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Raimundo da Silva Ribeiro Neto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Raimundo da Silva Ribeiro Neto nasceu em 02 de agosto de 1957 na Cidade de Piracuruca no Piauí. É casado, pai de três filhos e chegou à Capital no final da década de 60.

Advogado, professor e político, Raimundo Ribeiro está filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e foi nomeado em 2000, gerente regional do patrimônio da União, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em 2006, foi eleito Deputado Distrital com 8.303 votos.

Em 2007, assumiu a recém-criada pasta da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, cargo que exerceu por 18 meses. Em 2008, reassumiu seu mandato parlamentar na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Em 2009 foi eleito para ocupar o cargo de Segundo Secretário na Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal por unanimidade entre os 24 Deputados.

Além de Deputado Distrital, e dos outros cargos citados, Raimundo Ribeiro possui as seguintes experiências profissionais:

- ✓ Advogado da União – AGU, aposentado;
- ✓ Assistente Jurídico do MEC – Ministério da Educação;
- ✓ Professor Universitário e Palestrante em Universidades e outras Instituições;
- ✓ Office Boy do City Bank, e
- ✓ Entregador de Telegramas dos Correios e Telégrafos – ECT.

RECEBIDA EM 28/02/2014
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



> SETAS - 000007 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



Realizou os seguintes trabalhos comunitários:

- ✓ Presidente do Conselho Comunitário de Apoio à Execução Penal, Guará/DF;
- ✓ Prefeito da Associação dos Moradores da QE/QI 11 do Guará;
- ✓ Assessor Jurídico da Federação Metropolitana de Futebol do DF;
- ✓ Vice-Presidente Jurídico da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil;
- ✓ Vice-Presidente da Federação dos Servidores Públicos de Brasília, e
- ✓ Presidente da Associação dos Servidores do MEC/ASMEC

Durante sua trajetória profissional, política e comunitária, Raimundo Ribeiro foi agraciado com as seguintes condecorações:

- ✓ Medalha Cívica Nobres Cavalheiros de Brasília
- ✓ Membro Acadêmico, Cadeira nº 13, Academia de Letra de Alagoinha do Piauí,
- ✓ Diploma do Mérito, Polícia Civil, SSP/DF
- ✓ Honra ao Mérito do Instituto Sirius de Promoções-Ceilândia
- ✓ Honra ao Mérito, Casa de Justiça e Cidadania-Ceilândia
- ✓ Medalha de Honra ao Mérito Marcial – Confederação Brasileira
- ✓ Medalha Mérito Segurança Pública – SSP/DF
- ✓ Honra ao Mérito, Associação Comercial de Indústria de Sobradinho
- ✓ Honra ao Mérito do Instituto Sirius de Promoções/Guará-DF
- ✓ Título de Cidadão Honorário Sobradinhense
- ✓ Troféu Área de Desenvolvimento Econômico, Sobradinho/DF
- ✓ Ordem Do Mérito de Bombeiro Militar do DF “Grau de Comendador”
- ✓ Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier – “Tiradentes – PM/DF”
- ✓ Medalha de Honra ao Mérito de Pioneiro de Brasília, Iate Clube
- ✓ Diploma de Honra ao Mérito, Associação dos Advogados Trabalhistas
- ✓ Diploma de Honra ao Mérito, OAB – Planaltina
- ✓ Troféu Mané Garrincha 2004 – XXI Edição-DF.
- ✓ Embaixador da Paz – Universal Peace Federation
- ✓ Grande Medalha JK – Governo do Estado de Minas Gerais

Com seu profícuo trabalho em prol da sociedade brasiliense, o Senhor Raimundo Ribeiro contribui com sua vasta experiência para o desenvolvimento da nossa Capital.

Por todo o exposto entendo que a Câmara Legislativa, como legítima representante da população do Distrito Federal, deva prestar essa mais que justa homenagem.

Sala das Sessões, em

DEP. ELIANA PEDROSA
ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital
DEP. CELINA LEÃO

2



> SETAS - 000008 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)Em, 06/02/14

Assessoria de Plenário

PDL 248 /2014**Concede o Título de Cidadão**
Honorário de Brasília ao Senhor
Arnoldo Camanho de Assis.**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:**

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Arnoldo Camanho de Assis.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Arnoldo Camanho de Assis é Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Graduado em Direito pela Universidade de Brasília. Pós-Graduação em Direito Internacional Público e Privado na Academia de Direito Internacional de Haia – Holanda. Mestrado em Direito e Estado pela Universidade de Brasília. Possui Vários trabalhos publicados em jornais e revistas especializadas.

Arnoldo nasceu em 07 de maio de 1963 no Rio de Janeiro e chegou a Brasília em 1980.

Além de Desembargador, Arnoldo possui as seguintes experiências profissionais:

- Serviços prestados ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, de 1982 a 1990.
- Nomeado Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), em 25/10/1990.
- Promovido por merecimento a Juiz de Direito do TJDFT, em 30/9/1992.
- Juiz Eleitoral Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, em 2008.
- Promovido por merecimento ao cargo de Desembargador do TJDFT, em 24/10/2008.
- Professor de Direito Processual Civil, Direito Administrativo, Comercial, Falimentar e Constitucional (graduação e pós) nas seguintes instituições: UnB (1991-1996); UNICEUB (1992-1995); AEUDF (1996-1998); Escola Superior do MPDFT (1992-1998); FGV (2001); Escola de Magistratura do DF (1996-2008); Escola Superior da OAB/DF (1996-2008); UCG (1998-2003); UCB (2001); Universidade Estácio de Sá (RJ) (2001-2002); Universidade Candido Mendes (2001-2008); Universidade Gama Filho (2001-2003); IESB (2001-2002).



> SETAS - 000009 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



Durante sua trajetória de vida Arnaldo foi agraciado com as seguintes honrarias:

- Tribunal Regional Eleitoral no Distrito Federal – Ordem do Mérito Eleitoral, no Grau de Comendador.
- Governo do Distrito Federal – Ordem do Mérito Alvorada, no Grau de Oficial.
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT – Ordem do Mérito Judiciário – Grau: Grão-Colar.
- Como professor, já deu seu nome a diversas turmas de pós-graduação, tendo sido escolhido como Professor Homenageado e Parainfo em várias ocasiões.

Com seu profícuo trabalho em prol da sociedade brasiliense, o Senhor Raimundo Ribeiro contribui com sua vasta experiência para o desenvolvimento da nossa Capital.

Por todo o exposto entendo que a Câmara Legislativa, como legítima representante da população do Distrito Federal, deva prestar essa mais que justa homenagem.

Sala das Sessões, em


ELIANA PEDROSA
Deputada Distrital

emm.


DEP. WERA DE PAULA


DEP. CELMA LEÃO

> SETAS - 000010 <

Desembargador ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS
Dados Biográficos**Rio de Janeiro**

- 07/05/63 – nasce no bairro da Tijuca e mora no bairro até 1977
- Pai: Francisco Arnaldo de Assis, amazonense, advogado (☆16/07/1937 - + 28/06/2013)
- Mãe: Anna Maria Camanho de Assis, carioca, professora e pedagoga
- irmãos: Alexandre Camanho de Assis (☆ 29/09/1964) e Adriano Camanho de Assis (☆ 26/07/1968) – ambos cariocas
- estuda na Escola Municipal Prudente de Moraes (até o 2º ano do antigo primário)
- passa a estudar no tradicional Colégio de São Bento, fundado em 1858 (da 3ª série do antigo 1º Grau até o 2º ano do antigo 2º Grau – oito anos, no total)
- a família muda-se para o bairro do Grajaú em 1977 e ali mora até 1980

Brasília

- a família muda-se para Brasília em 1980, porque o pai, Francisco Arnaldo de Assis, passa a trabalhar no CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- o pai, Francisco Arnaldo, a mãe, Anna Maria, e o irmão mais novo, Adriano, chegam a Brasília em julho de 1980
- Arnaldo e Alexandre terminam o ano letivo de 1980 no Rio de Janeiro e se mudam para Brasília no dia 8 de dezembro de 1980

1981

- Arnaldo conclui o 2º Grau (hoje, Ensino Médio) no Colégio Marista de Brasília

1982


Desembargador ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

> SETAS - 000011 <

- ingressa na Universidade de Brasília, via vestibular (Faculdade de Direito)

1984

- ingressa no Ministério da Fazenda, por concurso (Agente Administrativo)

1984 / 1986

- estágio no Ministério Público do DF e Territórios

1986

- bacharela-se em Direito na UnB

- assessor do Procurador-Geral da Fazenda Nacional

1987 / 1988

- chefe da Consultoria Jurídica da Empresa Brasileira de Notícias (Radiobrás, hoje Empresa Brasileira de Comunicação)

1988 / 1989

- assessor na Procuradoria-Geral da República

1989

- em 07 de março, nasce seu filho Arthur, em Brasília

1989 / 1990

- assessor no Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1990

- ingressa na Magistratura do DF, como Juiz de Direito Substituto

- 2º lugar no concurso de provas e títulos

1991

- em 31 de janeiro, nasce sua filha Maria Clara, em Brasília

1992 / 1994

- promovido a Juiz de Direito, é titularizado na Vara Cível de Sobradinho

- 1994 / 1999

- Juiz Titular da 2ª Vara da Fazenda Pública do DF

1999 / 2008

- Juiz Titular da 6ª Vara de Família de Brasília

1999

> SETAS - 000012 <

- casa-se com a advogada Fernanda, que foi chefe da Consultoria Jurídica da Secretaria de Direitos Humanos, Justiça e Cidadania do DF e da Secretaria de Educação do DF, além de advogada da Novacap. Hoje é Chefe do Cerimonial do Ministério Público do DF e Territórios.

2008

- promovido a Desembargador do TJDF, por merecimento, à unanimidade
- compôs a 2ª Turma Criminal e a Câmara Criminal
- integra a 4ª Turma Cível e a 2ª Câmara Cível
- suplente no Conselho Especial
- coordenador do Sistema dos Juizados Especiais do DF
- coordenou o funcionamento dos Juizados Especiais do Aeroporto e do Torcedor na Copa das Confederações
- Presidente da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais

Arthur

- ex-aluno Marista
- graduou-se em Comunicação Social – Publicidade no IESB
- casado com Bruna, graduada em Relações Internacionais
- pai de Nina, nascida em 17 de janeiro de 2012, em Brasília

Maria Clara

- ex-aluna Marista
- aluna do último ano do curso de Biomedicina, no UniCeub
- bolsista do Programa "Ciência Sem Fronteiras", estuda na Universidade Radboud, na Holanda (2013/2014)

Tribunal Regional Eleitoral do DF

- Juiz Substituto da 1ª e da 5ª Zonas Eleitorais
- Juiz Titular da 14ª Zona Eleitoral



Desembargador ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

> SETAS - 000013 <

- trabalhou no plebiscito de 1993 e nas eleições de 1994, 1998 e 2002
- Juiz auxiliar do TRE-DF nas eleições de 1998
- no TRE-DF, foi Suplente e Membro Efetivo
- Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-DF

Vida acadêmica

1991

- já como Juiz de Direito Substituto, começa a lecionar em cursos preparatórios para concursos na área jurídica

1992 a 1998

- leciona Direito Falimentar e Direito Processual Civil na Escola Superior do Ministério Público do DF e Territórios

1993 a 1996

- leciona Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, como professor substituto

1996 a 2013

- leciona Direito Administrativo e Direito Processual Civil na Escola da Magistratura do DF

2001 a 2002

- leciona Direito Processual Civil no IESB

2001 a 2013

- leciona Direito Processual Civil na ATAME (Univ. Cândido Mendes)

2006 a 2013

- leciona Direito Processual Civil no IDP – Instituto Brasiliense de Direito Público

2007 a 2012

- leciona Direito Processual Civil na Univ. Potiguar (Natal-RN)

Publicou mais de 30 artigos jurídicos e proferiu mais de 50 conferências em congressos nacionais e internacionais

> SETAS - 000014 <

Tem 4 livros publicados em co-autoria

É membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, da Academia Brasileira de Direito Processual Civil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família

Possui especialização em Direito Internacional (Haia, Holanda, 1988) e em Direito do Consumidor (Coimbra, Portugal, 2004), tendo concluído os créditos do curso de Mestrado em Direito e Estado pela UnB em 1996 (sem defesa de tese).

Atualmente, é Doutorando em Direito Constitucional na Universidade de Buenos Aires, Argentina.

Distinções e honrarias

- Tribunal Regional Eleitoral no Distrito Federal – Ordem do Mérito Eleitoral, no Grau de Comendador.
- Governo do Distrito Federal – Ordem do Mérito Alvorada, no Grau de Oficial.
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF – Ordem do Mérito Judiciário – Grau: Grão-Colar.
- como professor, já deu seu nome a diversas turmas de pós-graduação, tendo sido escolhido como Professor Homenageado e Parainfo em várias ocasiões.

Irmãos

Alexandre Camanho de Assis

- formado em Direito pela UnB
- Procurador Regional da República, atual Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República

Adriano Camanho de Assis



Desembargador ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS

> SETAS - 000015 <

- formado em Arquitetura pela UnB
 - com o nome artístico de *Adriano Sirí*, é ator da Companhia de Comédia "Os Melhores do Mundo"
-

Curiosidades

- estudou flauta transversal por seis anos na tradicional "Casa Milton Pianos", fundada em 1929, no Rio de Janeiro
 - ganhou dois prêmios como flautista (concursos promovidos pelo jornal "O Globo", em 1979, e pelo Instituto Brasil – Estados Unidos – IBEU, em 1980)
 - cantou no Coral da Universidade de Brasília, no naipe dos tenores, de 1984 a 1986
 - apresentou-se, com o Coral da UnB, em duas operetas na Sala Martins Pena, no Teatro Nacional de Brasília, e no projeto "Serenata de Natal", cantando pelas quadras de Brasília
 - toca violão e bateria
 - na Magistratura do DF, formou, com colegas Juízes, o grupo "Estágio Probatório", quando todos ainda eram Juízes Substitutos. Fez parte do grupo o engenheiro Maurício de Albuquerque Wanderley
 - beatlemaníaco, sabe as letras de literalmente todas as músicas dos Beatles, tendo visitado Liverpool e Londres, na Inglaterra, para conhecer os lugares históricos relativos à banda. Sobre esse tema, já foi alvo de matéria na revista "Poderes em Revista", que circulou em dezembro de 2012
-

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Gabinete do Deputado Prof. Israel Batista (PV)

INDICAÇÃO Nº**IND 14622 /2014****(Do Sr. Deputado Professor Israel Batista)**

L I D O
Em 06/02/14
Ass. Prof. Israel Batista

> SETAS - 000016 <

Sugere ao Chefe do Poder Executivo criação de programa de bolsas de estudo em cursinhos preparatórios para pré-vestibular, Programa de Avaliação Seriada e Exame Nacional do Ensino Médio voltado a alunos e ex-alunos de baixa renda de escolas públicas da rede oficial de ensino do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Chefe do Poder Executivo providências no sentido de criar programa de bolsas de estudo em cursinhos preparatórios para pré-vestibular, Programa de Avaliação Seriada e Exame Nacional do Ensino Médio voltado a alunos de baixa renda de escolas públicas da rede oficial de ensino do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

A dificuldade de acesso às universidades públicas brasileiras por parte da população carente é um dos fatores que mais contribui para o problema da desigualdade social de nosso país. Se de um lado há pouco incentivo para que estudantes universitários de licenciatura atuem na rede pública de ensino, de outro,

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Gabinete 23, Brasília - DF

Fone: (61) 3348.8230

E-mail: dep.profisraelbatista@cl.df.gov.br

05/02/14 16h
1327



> SETAS - 000017 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Prof. Israel Batista (PV)

muitos daqueles estudantes que fazem parte dessa realidade, e nela poderiam atuar, não conseguem ingressar na faculdade exatamente pela falta de condições de competir por uma vaga em universidades públicas com estudantes de classes sociais mais privilegiadas

Atualmente estão em vigor a Lei federal nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas nas universidades federais a alunos de escolas públicas, e a Lei distrital nº 3.361/2004, que também institui reserva de matrículas nas universidades e faculdades públicas do Distrito Federal de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) para alunos oriundos da rede oficial de ensino do DF. Apesar de serem avanços em direção à inclusão social das camadas menos favorecidas, também não deixa de ser verdade que ainda existem escolas públicas com pouca estrutura, muitas vezes até com falta de professores, comprometendo a formação de muitos estudantes, que acabam não conseguindo competir em iguais condições nem mesmo com muitos vestibulandos oriundos da própria rede pública de ensino.

Também é importante destacar que no vestibular os alunos de escolas públicas, além de concorrerem pelo sistema de cotas, também disputam vaga pelo sistema universal, no qual participam alunos de escolas privadas, que no geral oferecem qualidade de ensino e estrutura superiores. Entretanto, se o estudante não consegue ser aprovado pelo sistema de cotas, fica fácil compreender que dificilmente o será pelo sistema universal.

Por vivermos em uma ambiente de desigualdades sociais, ou seja, temos muito mais pessoas pobres do que ricas, a quantidade de alunos de classes menos favorecidas é bem maior que a de vestibulandos com boas condições financeiras. Com isso, a atual reserva de vagas nas universidades federais e distritais a egressos de escolas públicas acaba se tornando insuficiente para atender a grande demanda de estudantes carentes que sonham em ingressar no ensino superior público. E vale

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Gabinete 23, Brasília - DF

Fone: (61) 3348.8230

E-mail: dep.profisraelbatista@cl.df.gov.br



> SETAS - 000018 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Prof. Israel Batista (PV)

salientar que esses mesmos indivíduos não têm qualquer condição de arcar com as despesas de uma instituição de ensino particular.

Pelas razões mencionadas, é de grande importância a criação de um programa que ofereça bolsas de estudo em cursinhos preparatórios para pré-vestibular, Programa de Avaliação Seriada e Exame Nacional do Ensino Médio a alunos e ex-alunos de escolas públicas pertencentes à baixa renda. Será uma ação de grande relevância para o desenvolvimento social, uma vez que o Estado estará, por meio desse apoio, criando o ambiente necessário para que cada vez mais jovens, assim como suas famílias, conquistem um lugar ao sol e realizem o sonho de mudar de vida. Trata-se, antes de tudo, de um grande projeto de cidadania.

Ações semelhantes já vêm sendo implantadas em outras unidades da Federação, como Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, Piauí, só para citar algumas. No Mato Grosso, por exemplo, são oferecidas anualmente 10 mil vagas de cursos preparatórios para vestibulares e Enem.

Uma ação como essa também no âmbito do Distrito Federal vai ao encontro princípios constitucionais relacionados à educação, estabelecidos nos arts. 205 e 206 da Constituição Federal:

"Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;"

Como se pode notar, a criação de um programa de bolsas de estudo em cursinhos preparatórios, além promover a cidadania, será de grande impacto e atenderá o estabelecido em nossa Carta Magna. O Estado estará cumprindo o seu dever de promover e incentivar a educação ao mesmo tempo em que permitirá aos jovens mais pobres do DF as condições de igualdade no acesso à universidade.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Gabinete 23, Brasília - DF

Fone: (61) 3348.8230

E-mail: dep.profisraelbatista@cl.df.gov.br